

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

LUANA ARAUJO MARTINS

**A INFLEXÃO NA POLÍTICA EXTERNA CHINESA SOB O COMANDO DE XI
JINPING: OS ASPECTOS REGIONAIS E O MAR DO SUL DA CHINA**

Porto Alegre

2023

LUANA ARAUJO MARTINS

**A INFLEXÃO NA POLÍTICA EXTERNA CHINESA SOB O COMANDO DE XI
JINPING: Aspectos regionais e o Mar do Sul da China**

Trabalho de conclusão de curso submetido ao Curso de Graduação de Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador(a): Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva

**Porto Alegre
2023**

CIP - Catalogação na Publicação

Martins, Luana Araujo
A INFLEXÃO NA POLÍTICA EXTERNA CHINESA SOB O
COMANDO DE XI JINPING: Aspectos regionais e o Mar do
Sul da China / Luana Araujo Martins. -- 2023.
76 f.
Orientador: André Luiz Reis da Silva.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Política Externa. 2. China . 3. Xi Jinping. 4.
Sudeste Asiático. 5. Mar do Sul da China. I. da Silva,
André Luiz Reis, orient. II. Título.

LUANA ARAUJO MARTINS

**A INFLEXÃO NA POLÍTICA EXTERNA CHINESA SOB O COMANDO DE XI
JINPING: Aspectos regionais e o Mar do Sul da China**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial à
obtenção do título de bacharela em
Relações Internacionais da Faculdade de
Ciências Econômicas da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: Porto Alegre, ____ de _____ de 2023

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. André Reis da Silva – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Érico Esteves Duarte
UFRGS

Prof. Dr. Diego Pautasso
CMPA

Porto Alegre
2023

À minha tia Ceci, porque foi o amor e a dedicação dela que me trouxeram até aqui.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a toda a minha família pelo carinho e o cuidado a mim dedicados, apesar (ou por causa) de tudo. Agradeço ao meu pai André, por despertar em mim o desejo incessante pelo conhecimento, além de incentivar e compreender minha curiosidade infinita. À minha mãe, Fátima, por sempre apoiar meus sonhos – mesmo que por vezes não os entenda – e por acreditar que eu sou capaz de realizá-los, muitas vezes mais do que eu mesma. À minha avó, Dileta, por me apresentar o amor incondicional e constante e por, através desse sentimento, ser minha fonte infinita de força e inspiração. Ao Arthur, a Betina, o Joaquim, a Luísa, o Mairon e a Marina, porque, ao assistir vocês crescendo e descobrindo a vida, sou constantemente lembrada do meu propósito.

Em especial, preciso registrar a minha gratidão profunda e eterna à minha avó Julieta e à minha tia Ceci, pois sem o esforço, a dedicação, a força e, principalmente, o amor de vocês, eu jamais teria chegado até aqui. Apesar de não estarem mais aqui fisicamente, vocês seguem vivas em tudo o que eu sou. Eu sou vocês.

Por muito tempo duvidei das escolhas que me trouxeram até aqui, mas hoje, quando vejo as pessoas que tenho ao meu redor graças ao curso de RI, entendo que tinha que ser vocês e, por isso, sou grata a cada pessoa que fez parte da minha jornada dentro da UFRGS. Agradeço à Jaciara pela companhia durante o caminho que me trouxe até a graduação, e por continuar ao meu lado durante os últimos 13 anos. Sou grata aos meus primeiros amigos na faculdade, a Rafaela e o Vítor, pois a companhia deles tornou essa trajetória muito mais fácil. Ao Artur, ao Leonardo e à Martina, por compartilharem comigo tantos momentos incríveis mas, principalmente, por estarem sempre disponíveis para partilhar também os momentos difíceis. Sou grata à Eduarda, à Marcela e à Thais, pelo carinho, o cuidado e a proteção dedicados a mim. Agradeço à Victoria, por seguir presente mesmo nas ausências – sejam elas quais forem, por me ensinar sobre a potência da vulnerabilidade e por inspirar em mim a sede de me tornar alguém melhor. Finalmente, agradeço à Juliana por dedicar a mim tanta compreensão, cuidado e paciência e, principalmente, por ser minha fortaleza quando eu não sou capaz de sê-lo. Obrigada pela amizade que cultivamos ao longo desses anos – certamente, um dos maiores bens que conquistei

durante a graduação. Estendo esse agradecimento à toda a família Zanini, por sempre estar de portas abertas para me receber com muito carinho.

Sou infinitamente grata ao Estado brasileiro pelo privilégio de usufruir, ao longo de toda a minha vida, do ensino gratuito e de qualidade. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para além do ensino tradicional, oferece aos seus alunos diversas formas de difundir o conhecimento e, por isso, sou grata a todos os projetos de extensão dos quais participei. Agradeço à UFRGS e a toda estrutura da Faculdade de Ciências Econômicas e do curso de Relações Internacionais – a cada professor, servidor ou terceirizado que cruzou meus dias na FCE, no Campus Centro ou no Campus do Vale, obrigada. Agradeço ao professor André Reis, pela compreensão e leveza para orientar esta pesquisa. Durante os últimos 5 anos, apesar de tantos retrocessos, em nenhum momento deixei de sentir orgulho de fazer parte de uma instituição de ensino superior pública por meio de medidas dedicadas à democratização da educação. Por isso, registro aqui o meu agradecimento ao Estado e o meu sonho de que essa oportunidade seja estendida a cada vez mais brasileiros.

“Poderoso para mim não é aquele que
descobre ouro.

Para mim poderoso é aquele que descobre
as insignificâncias (do mundo e as nossas).”

Manoel de Barros

RESUMO

O desenvolvimento econômico da República Popular da China tem diversos desdobramentos, tanto para o país quanto para as Relações Internacionais. Diante desse cenário, a política externa chinesa mantém como objetivo fulcral a manutenção da estabilidade do ambiente internacional com a finalidade de preservar o processo de crescimento econômico no país – o chamado “*Keep a Low Profile*”, instituído por Deng Xiaoping na década de 1970. A partir da ascensão de Xi Jinping ao comando do Partido Comunista da China, o país apresenta inflexões na sua postura internacional. O atual presidente fundamenta sua atuação no conceito de “*Striving for Achievement*”, fundamentado, principalmente, em uma crescente assertividade no seu posicionamento diante do cenário internacional. Tendo em vista essa nova configuração, o presente trabalho tem como objetivo identificar as mudanças da política externa chinesa durante o governo Xi Jinping (2013–atualmente) e, para isso, serão aplicados conceitos do estudo de análise e de mudança em política externa. Sendo assim, o trabalho apresenta, por meio de revisão bibliográfica, a política externa chinesa a partir da década de 1970 até o presente momento, a atuação da China no âmbito regional e no contexto do Mar do Sul da China. A partir dessa análise, a pesquisa comprova a existência de mudanças na política externa a partir do governo Xi, apesar de manter as tradições chinesas.

Palavras-chave: Política Externa; China; Xi Jinping; Sudeste Asiático; Mar do Sul da China.

ABSTRACT

China's economic development process has several consequences, both for the country and for the study of International Relations. Given this scenario, Chinese foreign policy maintained the international environment's stability as a key purpose in order to preserve the process of economic growth in the country – the so-called "Keep a Low Profile", instituted by Deng Xiaoping in the 1970s. Since the rise of Xi Jinping as commander in chief of the Communist Party of China, the country's international behavior has been changing. The current president bases his work on the concept of "Striving for Achievement", based mainly on a growing assertiveness in his position on the international scene. Thus, the present work aims to identify changes in Chinese foreign policy during Xi Jinping's government (2013–currently) and, for this, concepts from the study of analysis and change in foreign policy will be applied. Therefore, the work presents, through bibliographic review, Chinese foreign policy from the 1970s to the present, China's performance at the regional level and in the context of the South China Sea. Based on this analysis, the research proves the existence of changes in foreign policy since the Xi government, despite maintaining Chinese traditions.

Keywords: Foreign Policy; China; Xi Jinping; Southeast Asia; South China Sea.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 O GOVERNO XI JINPING: POLÍTICA INTERNA E POLÍTICA EXTERNA	18
2.1 A POLÍTICA DOMÉSTICA CHINESA DURANTE O GOVERNO XI JINPING: O “SONHO CHINÊS”	18
2.2 A POLÍTICA EXTERNA CHINESA NO GOVERNO XI JINPING: DE “KEEPING A LOW PROFILE” (KLP) À “STRIVING FOR ACHIEVEMENT”(SFA)	29
3 A POLÍTICA EXTERNA CHINESA DE XI JINPING NO CONTEXTO REGIONAL DO SUDESTE ASIÁTICO	40
3.1 CONTEXTO REGIONAL	40
3.2 O MAR DO SUL DA CHINA	51
4 CONCLUSÃO	60
REFERÊNCIAS	64
ANEXO A - Mapa da “linha de nove traços” submetido à ONU pela China em 2009	75
ANEXO B - Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) entre Mar do Sul da China e o Mar da China Oriental	76

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende apresentar as continuidades e mudanças da política externa chinesa a partir do governo de Xi Jinping (2013-atualmente), a partir de uma análise conceitual acerca das mudanças em política externa. Além disso, buscar-se-á entender como a nova postura internacional adotada pelo governo de Xi pode ser percebida na sua atuação em questões regionais. Para isso, será utilizado o modelo de conceitos de Charles Hermann (1989; 1990) e James Rosenau (1980), além do pressuposto fundamental de Robert Putnam (2010). Portanto, o principal objetivo do trabalho consiste em avaliar quais são as mudanças na política externa da República Popular da China (RPC) a partir de 2013, quais os fatores (internos e externos) que a condicionam e como esta reflete no ambiente regional do país – em especial, no caso do Mar do Sul da China.

A partir dos objetivos apresentados, o estudo trabalhará com as seguintes hipóteses: a) A política externa de Xi Jinping apresente discontinuidades para com a premissa da política externa chinesa introduzida por Deng Xiaoping e mantida por todos os seus sucessores, o “*low profile*” internacional, e institui o “O Sonho Chinês” e o “*striving for achievement*”; b) A forma como Xi Jinping conduz sua política interna possibilita e condiciona as mudanças na sua política externa e c) As mudanças na política externa chinesa sob o comando Xi Jinping podem ser observadas em sua atuação em questões regionais – particularmente no caso do Mar do Sul da China, uma vez que o presidente passa a adotar uma posição mais assertiva diante do conflito.

A justificativa para a escolha do tema consiste em uma série de fatores, sendo o primeiro deles o novo papel que a China exerce no Sistema Internacional e, conseqüentemente, no estudo de Relações Internacionais. Durante as últimas décadas, a RPC passou por um movimento de reconstrução da sua nação, adotando uma estratégia de desenvolvimento pacífico focada no crescimento econômico, o que resultou em um novo papel que o país exerce no SI: o de grande potência. Dessa forma, a China passa a ser um ator que deve ser considerado por todos os outros atores do Sistema. O fenômeno é altamente estudado no campo de estudos de RI, mas ainda assim há diversos aspectos a serem analisados de forma a entender integralmente sua complexidade. Soma-se a isso, a importância do governo Xi Jinping para a história da China e, conseqüentemente, para o estudo de

RI: diversos autores e estudiosos chineses consideram Xi o líder mais emblemático desde Mao Tse Tung, e sua liderança a mais desafiadora para os rumos do país desde as reformas e aberturas de Deng (SILVA, 2018). Além disso, o estudo busca apresentar como as mudanças em uma política externa podem fortalecer uma nação, tanto interna quanto externamente – o que pode servir de lição para a condução da política externa brasileira, já que esta foi fragilizada nos últimos anos. Ademais, considerando a dificuldade de acessar documentos oficiais e análises locais sobre o governo e a política externa chinesa, cria-se a necessidade de utilizar estudos e trabalhos ocidentais acerca do tema. Contudo, a pesquisa terá como propósito a tentativa de afastar-se da propaganda ocidental contra a RPC e alimentar a gama de estudos brasileiros sobre o tema.

A China acumula uma série de fatores que a tornam um ator singular para o Sistema Internacional, mas o Estado ganhou maior relevância a partir do sucesso e da velocidade de seu desenvolvimento econômico iniciado na década de 1980 e mantido até os dias atuais, sem precedentes na história moderna.

A China tem experimentado taxas de crescimento do PIB surpreendentes desde o final dos anos 1970, muitas vezes bem acima de 10% ao ano. [...] A China conseguiu isso integrando-se ao sistema econômico global liderado pelos EUA [...] e ganhou um peso econômico considerável muito além do Pacífico Ocidental. [...] em 2000, a China gerou 14% do PIB regional da Ásia com 37% da população da região. Em 2012, Pequim usou 35% da população regional para gerar 37% do PIB da Ásia. Entre 2000 e 2012, a participação chinesa nas exportações da Ásia triplicou para 36% – com uma participação chinesa desproporcionalmente maior quando se olha para os números de exportação de bens manufaturados (41%) e bens manufaturados intensivos em mão-de-obra (52%). (FELS e VU, 2016, pág. 7-8)¹

A partir disso, Pequim passa a desempenhar um novo papel no Sistema Internacional e precisa aprender a se preservar dentro dele (KISSINGER, 2011; PAUTASSO, 2019a). Para tanto, Deng Xiaoping elabora o conceito de “*low profile*” internacional – um “perfil discreto” no âmbito externo, ou seja, seu objetivo passa a ser não chamar a atenção de seus pares de forma a evitar conflitos e preservar

¹ Do original: “China has experienced astonishing real growth rates in GDP since the late 1970s—often well-beyond 10 % annually. [...] China has achieved this by integrating itself into the US-led global economic system (a huge difference to the Soviet Union) and has gained considerable economic weight well beyond the Western Pacific. [...] in 2000, China generated 14% of Asia’s regional GDP with 37% of the region’s population. By 2012, Beijing used 35% of the regional population in order to generate 37% of Asia’s GDP. Between 2000 and 2012 the Chinese share of Asia’s export tripled to 36 %—with a disproportionately higher Chinese share when looking at the export figures for manufactured goods (41%) and labour-intensive manufactured goods (52%).” (FELS e VU, 2016, p 7-8)

boas relações com seus vizinhos, elementos imprescindíveis para o projeto de desenvolvimento econômico do país (BADER, 2016).

Nesse contexto, a chegada de Xi Jinping ao poder, primeiramente como Presidente da Comissão Militar da China (CMC) em 2012 e, logo após, como líder supremo do Partido Comunista da China (PCC), configurou uma inflexão dos paradigmas políticos da RPC. Xi, desde o início de seu mandato, apresenta singularidades em seu modo de governar que rompem com o cenário político previamente orquestrado por Deng Xiaoping (presidente da RPC de 1978 até 1992) e mantido por seus sucessores, Jian Zemin (1993-2003) e Hu Jintao (2003-2013). Deng assume o poder de um país fragilizado, tanto econômica quanto politicamente. Por esse motivo, seu mandato presidencial coloca o desenvolvimento econômico como prioridade, uma vez que este era tido como essencial para a sobrevivência da RPC (ROMANA, 2005). Ademais, para assegurar a viabilidade de um novo projeto de economia chinês, a estabilidade do ambiente internacional passa a ser indispensável e, desse modo, torna-se prioridade para Deng (CUNHA, 2012). Sendo assim, de 1978 a 2013, o projeto político da China baseava-se solenemente na recuperação econômica do país; Xi, que assume o poder de um país com a economia não apenas recuperada, como também transformada em potência apresenta novos interesses ao Estado chinês. A partir disso, a presente pesquisa investigará o contexto em que se dá o mandato de Xi Jinping, as singularidades de seu governo e as decorrências de tais fatores para a política externa chinesa, bem como a exibição das rupturas e continuidades da PE de Xi. Dessa forma, busca-se identificar as mudanças de postura internacional adotadas por Xi e como essas são percebidas no seu entorno regional, particularmente no caso do Mar do Sul da China.

Com o objetivo de balizar a pesquisa, define-se política externa a partir do trabalho de Hermann (1990), como o programa ou plano de ação formulado por líderes nacionais para alcançar os objetivos daquele Estado (ou solucionar um problema). Cohen and Harris (1975), por sua vez, conceituam a política externa como o conjunto de orientações elaborado por tomadores de decisão e direcionadas a objetivos fora do escopo do Estado soberano, ou seja, envolvendo o ambiente internacional e outros atores do SI. Nesse sentido, o trabalho de Putnam (2010) e o seu conceito de jogo de dois níveis também será amplamente empregado na pesquisa, uma vez que, para apresentar uma análise holística do

tema, deve-se considerar a interdependência entre a esfera interna e a externa e como essa relação afeta as mudanças na política externa de um país. Ainda nessa perspectiva, também será aplicado a *Linkage Theory* de Rosenau (1969; 1980), em que o autor presume que as ações de uma política externa são resultados da relação dialética entre o contexto doméstico e o contexto externo.

O conceito de mudanças na política externa será baseado também pelo trabalho de Hermann (1990), no qual o autor apresenta quatro níveis de reorientação a partir do grau de complexidade do processo, sendo o primeiro a) Mudanças de ajuste: a diferença reside no nível de esforço ou no escopo dos atores pares, os objetivos e os meios de alcançá-los permanecem os mesmos; b) Mudança de programa: reorientação dos métodos de solucionar o problema ou alcançar o objetivo, utilizando novos instrumentos políticos, porém o propósito da política externa segue o mesmos; c) Mudança de objetivo ou problema: o objetivo ou problema inicial da política externa é substituído ou até abandonado; e d) Mudança de orientação internacional: o mais alto nível de mudança, consiste em um redirecionamento completo da imagem do país dentro do ambiente externo, consiste em uma série de mudanças a fim de reorientar o papel e as atividades exercidas pelo país no contexto internacional.

Ainda de acordo com o trabalho de Hermann (1990), será empregado a perspectiva do sistema político doméstico como causa fulcral para as mudanças na política externa. Hermann apresenta a ideia de que o regime e seus governantes dependem do apoio de certas constituintes para sobreviver; mudanças nessas constituintes, de acordo com o autor, podem causar mudanças na política externa. Ainda de acordo com o autor, a política interna pode afetar a externa de diferentes formas, dentre elas a) Problemas ou objetivos tornam-se centrais na disputa por poder: líderes concorrentes utilizam alguma posição de política externa para confrontar os seus oponentes; b) Mudança profunda nas crenças e atitudes dos constituintes: uma mudança tão drástica nos elementos constitutivos de uma política externa desencadeia, inevitavelmente, mudanças na mesma; c) Realinhamento, transformação ou revolução do sistema político: nesse caso, a mudança na política externa é uma consequência do realinhamento interno. Nesse sentido, o trabalho, por meio de uma análise da política doméstica de Xi Jinping, buscará compreender como tais características do governo interno do líder chinês possibilitam e condicionam as mudanças na sua política externa.

A pesquisa trabalhará também com a ideia de Rosenau (1980) de que a política externa consiste em um comportamento adaptativo; sendo assim, infere-se que a política externa de um país compreende suas ações como resposta ao ambiente em que está inserida. Visto isso, ao analisarmos as ações de um Estado no contexto internacional, encontramos um padrão: a busca pela preservação de seus fatores positivos e a modificação de seus fatores negativos. Nesse sentido, torna-se imprescindível avaliar as capacidades de um Estado de adaptação às mudanças, conflitos e adversidades que o ambiente internacional pode apresentar (MENDES, 2004).

A pesquisa considerará, por fim, a ideia de Mendes (2016) quanto à dialética da continuidade/mudança. O autor apresenta a concepção de que, mesmo apresentando caráter adaptativo, existe um padrão cultural e identitário que pode ser percebido na execução de uma política externa. Tal padrão corresponde ao conjunto de ações que o Estado apresenta ao longo da história, como resposta aos seus condicionantes internos e externos. O trabalho de Mendes (2017) apresenta a ideia de um “equilíbrio positivo” entre os objetivos derivados do ambiente externo e interno e, de forma a mantê-lo, a necessidade de um acordo entre as elites e os tomadores de decisão. Sendo assim, torna-se imprescindível identificar que causas ameaçam esse equilíbrio, uma vez que são, frequentemente, as transformações.

O trabalho será estruturado da seguinte forma: no primeiro capítulo, será apresentado o contexto interno e externo no qual Xi Jinping ascende ao poder, baseado na ideia de Putnam do jogo de dois níveis e, aplicando os conceitos de Hermann quanto as decorrências da política doméstica para as mudanças na PEX, as principais características de seu governo de forma a identificar como os aspectos domésticos influenciam na execução da sua política externa. O capítulo seguinte será dividido em duas subseções: no decorrer da primeira parte, apresentar-se-á as principais características da política interna do governo Xi Jinping; na segunda subseção, será analisado a política externa chinesa durante o mandato do presidente, de forma a identificar as continuidades e as discontinuidades para com a tradição comportamento internacional de Pequim. O capítulo seguinte terá como objetivo verificar a existência de mudanças na política externa chinesa sob o comando de Xi Jinping e, para isso, será igualmente dividido em duas subseções. Na primeira parte, será a política externa de Xi Jinping no âmbito regional, especialmente no contexto do Sudeste Asiático e, posteriormente,

a abordagem do governo atual para com a questão do Mar do Sul da China. Por fim, serão apresentadas as conclusões gerais da pesquisa como um todo.

2 O GOVERNO XI JINPING: POLÍTICA INTERNA E POLÍTICA EXTERNA

Este capítulo tem como propósito principal construir uma descrição detalhada do governo Xi Jinping, de forma a possibilitar uma análise holística da complexidade do mandato de Xi. Para isso, o capítulo será dividido em duas partes: a primeira subseção apresentará o governo de Xi Jinping no contexto doméstico, de forma a entender como o presidente aborda cada uma das questões latentes para a execução da política nacional chinesa. Posteriormente, na segunda parte do capítulo, será apresentada a política externa chinesa, suas origens e tradições e a política externa chinesa executada por Xi Jinping, enquanto estabelece-se uma comparação entre ambas as configurações. Sendo assim, serão elencados os principais fatores da política interna do atual governo chinês com o intuito de compreender como a política doméstica influencia a política externa chinesa.

2.1 A POLÍTICA DOMÉSTICA CHINESA DURANTE O GOVERNO XI JINPING: O “SONHO CHINÊS”

Xi Jinping chegou ao poder ainda em 2012, quando assumiu a presidência da Comissão Militar Central (CMC) do Partido Comunista da China. Um ano depois, em março de 2013, com o fim do segundo mandato de Hu Jintao (2003-2013), Xi foi nomeado pelo Congresso Nacional do Povo secretário-geral do PCC e presidente da República Popular China, além de somar o cargo de comandante-chefe do Exército de Libertação da China (ELP). Já em março de 2018, o presidente conquistou a reeleição para seu segundo mandato com unanimidade dos votos da Assembleia Nacional Popular (ANP), por cerca de três mil delegados (FREITAS et al., 2020).

Uma série de fatores tornam a liderança de Xi Jinping extremamente singular, sendo considerada a mais emblemática desde Deng Xiaoping (1978-1992), o líder que implementou um plano de reformas e abertura que transformou a RPC na potência que é hoje (SILVA, 2018). Dentre tais fatores, alguns se destacam, como a centralização de poder, uma vez que o líder assumiu o controle dos mais importantes órgãos que comandam e supervisionam o governo; a campanha anticorrupção, por ser uma maneira de eliminar rivais

políticos e substituir por pessoas de confiança e a política externa assentada em uma projeção internacional mais assertiva do que o país apresentou até então e, por fim, o ideal de Sonho Chinês de Xi, instrumentalizado como justificativa para suas manobras políticas.

Após a Revolução Cultural², a China estabeleceu como objetivo fulcral o desenvolvimento econômico e a estabilidade internacional como fator imprescindível para a conquista de tal objetivo. Dessa forma, a partir do governo de Deng Xiaoping, estabelece-se como prioridade a configuração de um ambiente internacional favorável ao desenvolvimento econômico do país. Para tanto, Deng adotou a Política de Reforma e Abertura, uma série de medidas adotadas com o fim de expandir as relações econômicas da China com outros Estados, em uma tentativa de impedir que o isolamento da RPC culminasse na sua derrocada (ROMANA, 2005). Segundo Garver (1993), a Política de Abertura permitiu o aumento do investimento externo, a expansão do comércio internacional e a criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEE), um esforço para angariar não só o investimento, como também o conhecimento estrangeiro para o país. Tais reformas consolidaram a aderência da China, mesmo que com algumas ressalvas e peculiaridades, à economia de mercado e viabilizaram o processo de crescimento econômico que o país viveu nas últimas décadas, inaugurando o “Socialismo com características chinesas” (PENNAFORTE et al., 2022; YANG, 2010).

Entretanto, a partir do final da década de 1990, a China passou a sofrer consequências do incidente a Praça de Tiananmen em 1989³ – foram implementados uma série de embargos políticos, diplomáticos e econômicos como forma de punir o país pela repressão ao movimento. Somado a isso, após o colapso da União Soviética e com o fim da Guerra Fria em 1991, a posição da China no ambiente internacional tornou-se ainda mais delicada. Em um esforço para contornar o contexto desafiador, Deng apresentou a estratégia de “manter um perfil discreto e aguardar a sua vez”, baseado em ideias como dissimular suas

² A Revolução Cultural Chinesa, iniciada em 1966 e liderada por Mao Tsé-Tung, foi um movimento que tinha como objetivo principal a preservação do regime comunista maoísta. Para isso, gerou-se uma mobilização contra qualquer influência do mundo capitalista dentro do território chinês. Em 1976, com a eleição de Deng Xiaoping, o movimento chegou ao fim (KISSINGER, 2011).

³ O incidente na Praça de Tiananmen ocorreu em 1989 e consiste em uma série de manifestações pró-democracia organizadas por estudantes da Universidade de Pequim que, posteriormente, abrangeu grande parte da população chinesa e atraiu a atenção do mundo inteiro. O movimento acabou em 04 de junho do mesmo ano, com a repressão militar do governo chinês aos protestantes, culminando em um grande número de civis mortos (CHENG, 2012).

capacidades, evitar protagonismos e enfrentar mudanças com confiança e cautela (CARRIÇO, 2013). Sendo assim, fica claro que o objetivo fulcral do governo (e, logo, da sua política externa) de Deng estava pautado na manutenção da estabilidade internacional de forma a tornar o desenvolvimento econômico possível para a RPC.

O postulado de *low profile* internacional, aliado ao foco no desenvolvimento chinês, foram responsáveis pelo processo de ascensão econômica (e, conseqüentemente, política) que a RPC vive ao longo do século XXI. Atualmente, a China ocupa o posto de segunda maior economia do mundo – o país tornou-se a o maior exportador e importador do planeta:

[...] a China tornou-se o maior exportador e também o maior importador mundial, com shares de 17,81% nas exportações mundiais e de 14,74% nas importações, e o principal parceiro comercial de mais de 120 países, incluindo as outras maiores economias. Em 2020, por exemplo, a China era o primeiro parceiro dos Estados Unidos (representando um share de 11,9% do total das exportações e importações americanas), do Japão (significando uma parcela de 23,4% na globalidade do comércio externo japonês), da Índia (12%), da Coreia do Sul (25,3%), da Austrália (37,3%), do grupo ASEAN10 (24,4%) ou da UE (superando os Estados Unidos, pela primeira vez, e significando a China uma parcela de 16,1% da totalidade do comércio externo da União Europeia). (TOMÉ, 2021a, p. 111).

O desenvolvimento econômico chinês permite que o país consiga trabalhar o seu desenvolvimento em outros aspectos (como a tecnologia e a cultura) e, dessa forma, amplia significativamente sua influência política no Sistema Internacional. Xi Jinping assume o governo de um Estado que acumula cada vez mais poder em diferentes esferas, e a atuação do presidente, tanto no que tange à política interna quanto à externa, demonstra que Xi pretende agir de forma correspondente às capacidades da RPC sem, por ora, transgredir a ordem internacional vigente.

Nesse contexto, em novembro de 2012, Xi Jinping já comandava a Comissão Militar Central da China (CMC) quando foi eleito secretário-geral do Partido Comunista Chinês e, em março de 2013, assumiu a presidência da República Popular da China. Em seu discurso de posse, Xi apresentou o objetivo fulcral para o novo governo, denominado por ele como o “*Chinese Dream*”, o Sonho Chinês: o rejuvenescimento da nação e a capacidade do partido de servir ao povo chinês (JINPING, 2012). Como citou o presidente na XII Assembleia Popular Nacional (WANG, 2016, p. 478): “o Sonho Chinês é, afinal, o sonho do povo” (apud JINPING, 2013). Para realizar seus propósitos, desde o início de seu mandato, Xi apresenta uma posição mais assertiva e ambiciosa, adaptada a um Estado com maiores capacidades políticas, econômicas e militares do que qualquer um de seus

predecessores (BADER, 2016). Apesar de ter a ideia de Sonho Chinês no centro do seu discurso, não é esse o elemento que singulariza o governo de Xi Jinping, mas sim sua estratégia: o atual líder do PCC apresenta uma determinação política sem precedentes, pautado pelo poder do líder cada vez mais concentrado em suas mãos e por uma campanha de combate à desigualdade social e à corrupção, um Estado cada vez mais intrínseco e profundamente presente na sociedade chinesa, uma regulação mais estrita e capaz de regular ainda mais o fluxo de ideias, cultura e capital para dentro e fora do país e uma presença internacional cada vez mais marcante através da projeção de poder (ECONOMY, 2018b; SILVA, 2018).

O Sonho Chinês de Xi Jinping consiste, essencialmente, no “grande rejuvenescimento da nação chinesa”. O “Sonho”, apesar de ser um conceito enfatizado vigorosamente pelo presidente, não foi criado por ele; a ideia surgiu ainda no século XIX, após a derrota chinesa na Guerra do Ópio (1839) e o conseqüente ‘século da humilhação’⁴ que veio a seguir (BADER, 2016; TSAI, 2015). Para Silva (2018), a ideia consiste em um esforço coletivo de união entre a população, a economia e a política interna e externa da China de forma a priorizar o poder político do PCC e a posição chinesa no Sistema Internacional. Dessa forma, o Sonho Chinês parece ser uma tentativa de ligar o país, a nação e o povo (FERDINAND, 2016). Nesse sentido, Xi Jinping e Partido Chinês tentam transformar o conceito em um objetivo não só para o país e para o governo, mas para o indivíduo chinês:

A realização desse sonho para o país seria o catalisador para a realização do sonho do indivíduo. Além disso, Xi conectou o Sonho Chinês com as questões que mais preocupavam o público em geral: moradia, emprego, saúde pública, educação e meio ambiente. Assim, o público chinês pode se sentir conectado com a narrativa do Sonho Chinês de Xi. (WANG, 2013, p. 08, tradução nossa)⁵
 “Xi [...] reforçou a importância do grupo em detrimento do indivíduo, no menor e no menor nível: “a família é estado menor, o país são dez milhões de famílias” (FERDINAND, 2016, p. 948)⁶

⁴ As Guerras do Ópio foram um conflito entre a China e o Reino Unido iniciado em 1839, quando a China, ao perceber os danos que o ópio causava a sociedade e a economia chinesa, decide proibir a importação da droga. Como resultado, a China perdeu o conflito e foi subjugada ao imperialismo ocidental e japonês durante as próximas décadas, por isso denomina o período como o “século da humilhação.” (CEPIK et al, 2009).

⁵ Do original: *The realization of this dream for the country would be the catalyst for the realization of the dream for the individual. Additionally, Xi connected the Chinese Dream with issues that most concerned the general public: housing, employment, public health, education and environment. Thus, the Chinese public could feel connected with Xi’s Chinese Dream narrative* (WANG, 2013, p. 08)

⁶Do original: *“Xi [...] stressed the importance of the group rather than the individual at the lowest as well as the highest level: ‘The family is the smallest state, the country is ten million families.’* (FERDINAND, 2016, p. 948)

O projeto de rejuvenescimento da nação está pautado, concretamente, em três objetivos: uma sociedade próspera, um aparato militar capaz de lutar e ganhar guerras e a reivindicação do papel da China como potência global. Em ressonância com a ideia, estão os “Quatro Abrangentes” de governo Xi Jinping (uma série de objetivos políticos e econômicos anunciados em 2015): construir uma sociedade moderadamente próspera, aprofundar as reformas, governar a nação de acordo com a lei e governar estritamente o partido (ECONOMY, 2018b). Dessa forma, o “Sonho” de Xi pode ser entendido como uma reafirmação do Estado na realidade política, econômica e militar do país, e uma política externa mais ambiciosa e à procura de um papel maior dentro da configuração do teatro internacional.

De forma a cimentar o seu Sonho Chinês, Xi Jinping apresentou ainda os “Dois Objetivos Centenários”. Anunciados no 18º Congresso Nacional do Partido Comunista da China, são objetivos estabelecidos para duas datas importantes da história chinesa: em 2021, o aniversário de cem anos do Partido Comunista e, em 2049, o aniversário de cem anos da República Popular da China. Para 2021, o objetivo era transformar a China em uma sociedade moderadamente próspera e, para 2049, o propósito é converter a China em um país completamente desenvolvido (SINAGA, 2016).

O “sonho chinês” é um elo com o futuro ao estabelecer metas em antecipação aos “dois centenários”: tornar-se uma “sociedade moderadamente próspera” dobrando seu PIB de 2010 e sua renda per capita em 2021, quando a China comemora o centenário da fundação do PCCCh e o objetivo de se tornar um “país socialista moderno” até 2049, o 100º aniversário do estabelecimento da República Popular da China.” (BAVIERA, 2016, p. 61, tradução nossa)⁷

Para Teixeira Jr. e Ferreira (2020), a ideia dos Dois Centenários, para além de uma celebração da história chinesa, é também uma forma de associar a Grande Estratégia ao processo de modernização militar, uma vez que estabelece não só os objetivos a serem conquistados pela RPC, como também uma medida de tempo concreta para alcançá-los.

Xi Jinping entende que seus objetivos são ousados e, por isso, o líder chinês procura legitimar sua posição internamente. Administrar a opinião pública – tanto

⁷ Do original: “The “Chinese dream” is a link to the future by setting goals in anticipation of the “two centennials”: becoming a “moderately well-off society” by doubling its 2010 GDP and per capita income in 2021, when China celebrates the centennial of the founding of the CPC, and the goal of becoming a “modern socialist country” by 2049, the 100th anniversary of the establishment of the People’s Republic of China.” (BAVIERA, 2016, p. 61)

doméstica, quanto internacional – a seu respeito torna-se essencial para garantir a execução de suas ideias. Para isso, no ambiente interno, Xi instrumentaliza sua imagem e incentiva o culto à ela (algo que não se via desde a era Mao), aumentando as propagandas referentes à figura do líder, espalhadas pelo território e pela mídia chinesa; ademais, o presidente publica e divulga obras com seu pensamento e participa de eventos grandiosos como atração especial. Já no ambiente internacional, Xi tenta controlar como sua imagem é propagada através da aquisição de meios de comunicação estrangeiros (SILVA, 2018).

Nesse contexto, o nacionalismo, tradicionalmente instrumentalizado para o alcance de objetivos internos ou externos na política chinesa, torna-se peça chave para a manutenção do governo Xi Jinping (BLANCHARD, 2015; SINAGA, 2020). Posto isso, o culto à nação consiste em mais uma forma de o presidente legitimar seu mandato e, para isso, o Sonho Chinês fundamenta-se na ideia de superação do “século da humilhação”. Ao alcançar o “Sonho”, a nação retomaria a posição ocupada antes do cem anos, o que significaria a prosperidade para a sociedade chinesa como um todo (WANG, 2013).

Uma das características mais marcantes do governo de Xi Jinping é a centralização de poder, estabelecida por meio de seus esforços políticos e manobras institucionais. De acordo com Lee (2017), a previsão dos pensadores chineses era de que Xi teria a liderança com menor poder individual desde a constituição da RPC, uma vez que o partido passou por uma série de reformas, ainda no período de Deng, que visavam a institucionalização da liderança coletiva. A prática de tomada de decisão compartilhada entre os membros do Comitê Permanente do Politburo do PCC se difundiu na política chinesa no período pós-Deng por mais de três décadas, e tinha como objetivos estabelecer limites para o poder individual de um presidente, além de proporcionar uma transição de poder suave e pacífica (LI, 2016; ECONOMY, 2018a). No entanto, o presidente desafiou as expectativas ao se consagrar como um chefe de Estado centralizador. Seus objetivos ficam evidentes à medida que Xi chega ao poder rompendo a tradição de uma transição gradual de liderança; ao contrário de seus antecessores, Xi assumiu a presidência da RPC e o comando das principais organizações institucionais de governança chinesa: tornou-se secretário-geral do PCC, presidente da CMC e comandante chefe do ELP, o que faz com que o processo decisório de todos os âmbitos do Estado chinês estejam em suas mãos (ECONOMY, 2018a). Para além

disso, Xi Jinping também é o primeiro membro do Politburo, integrado por apenas sete pessoas e responsável pelo supervisionamento da política chinesa, e assumiu a frente dos mais importantes comitês de supervisão da política chinesa, como os responsáveis por questões cibernéticas, reforma econômica e segurança nacional (SINAGA, 2016; ECONOMY, 2018a).

O contexto em que Xi Jinping chegou ao cargo de secretário-geral do PCC também favoreceu a sua tomada de poder, uma vez que, ao assumir a presidência, seus antecessores já não exerciam mais tanta influência política dentro da China. Diferentemente de outros mandatos, como o de Jiang, em que Deng ainda mantinha seu prestígio e notoriedade sobre o país; ou quando Hu Jintao ocupou a presidência, e Jiang ainda intervinha dentro do partido. Quando Xi assumiu o poder, tanto Jiang quanto Hu encontravam-se já muito enfraquecidos dentro do teatro político chinês para exercer alguma influência sobre o novo governo (DUARTE, 2018).

Outrossim, a 13ª Assembleia Nacional Popular aprovou, em março de 2018, a primeira emenda à Constituição chinesa em quatorze anos. Dentre as mudanças, posteriormente apresentadas no XIX Congresso do Partido Comunista da China, está o fim do limite de dois mandatos de cinco anos previamente estabelecidos no governo de Jiang Zemin. Sendo assim, não há limite temporal para o governo de Xi – o que rompe a tradição de transição de poder estável postulada pelo governo Deng, após as dificuldades enfrentadas durante a era Mao, em que o líder mantinha o poder centralizado (ECONOMY, 2018; SILVA, 2018). Ainda na 19ª edição do congresso, em novembro de 2021, Xi Jinping teve uma honra concedida anteriormente apenas para Mao Tse Tung: sua ideologia do “Pensamentos sobre o Socialismo com Características Chinesas para uma Nova Era” foi inserida na Constituição do partido. A nova era de Xi consiste na nova posição que a China ocupa atualmente dentro do Sistema Internacional, a partir do momento em que o país passa a se destacar em questões econômicas, militares e tecnológicas mundiais o que dá grande importância ao socialismo chinês e deve inspirar outros Estados a alcançarem o mesmo nível de modernização por este sistema (TOMÉ, 2021). De acordo com Silva (2018), essa institucionalização do pensamento de Xi transforma a figura do líder em isenta de críticas, o que conseqüentemente beneficia sua imagem perante a sociedade chinesa. Posto isso, fica claro que a intenção do presidente não é apenas acumular o controle, mas também mantê-lo.

Nesse sentido, torna-se importante ressaltar o papel do partido neste objetivo. De acordo com Tomé (2021a), é a liderança do Partido Comunista da China que define as características chinesas do socialismo instituído no país. Seguindo a mesma linha de pensamento de Xi, reside na dirigência estabelecida pelo Partido a única forma de restaurar o prestígio do Estado chinês – isto é, alcançar o Sonho Chinês. Sendo assim, ao analisar os objetivos de Xi Jinping e do Partido, percebe-se uma ressonância marcante entre eles:

Com efeito, desde a sua criação, em 1921, o PCC autorretrata-se como campeão da causa da reconstrução e ressurgência da China. Em suma, conforme repetidamente afirma Xi Jinping, fazendo eco dos seus antecessores, “só o socialismo pode salvar a China – e só o socialismo com características chinesas pode desenvolver a China. (TOMÉ, 2021a, p. 108)

Também como um esforço para se consolidar no poder pode ser vista a campanha de combate à corrupção que se estabeleceu desde o início do governo Xi Jinping, já que foi uma maneira de o presidente não só conquistar o apoio popular, mas também de manusear o quadro político da RPC de acordo com suas necessidades. Dentro do sistema político da RPC, existe um órgão central, a Comissão Central de Inspeção Disciplinar (CCID), estabelecido ainda em 1949 e responsável pela fiscalização e regularização da política chinesa (GUO, 2014). Em Pequim, a corrupção está presente desde a sua era imperial; todavia, após as políticas de reforma e abertura da década de 1970 e o consequente crescimento econômico que o país vivenciou, a questão da corrupção tornou-se ainda mais latente para o governo chinês, sendo reforçada por Hu Jintao em seu último discurso como presidente (FREITAS et al., 2020).

Nesse contexto, quando Xi começou a atuar com a CCID, a manobra pareceu algo natural e previsível para o governante. Entretanto, o presidente soube utilizar o mecanismo também para favorecer seus objetivos políticos; durante todo o seu primeiro mandato, a comissão foi controlada por Wang Qishan, o maior aliado de Xi. A atuação de Xi junto à CCID consiste em um fortalecimento da instituição, por meio da criação de novos grupos para investigar os níveis mais baixos do governo e da consolidação dos já existentes para inspecionar os níveis mais altos. Ademais, o papel da mídia e da internet (através de canais de denúncia) também foi intensificado (DUARTE, 2018). Como resultado, nos cinco primeiros anos do governo, cerca de cem mil pessoas foram processadas por

ações de corrupção, dentre os quais mais de cem eram do alto escalão do partido, os chamados “tigres” (FREITAS et al., 2020; SILVA, 2018).

A singularidade do governo de Xi Jinping torna-se possível pela magnitude da economia do país. O plano de reformas e abertura aliado ao seu perfil discreto no âmbito internacional estabelecido por Deng Xiaoping e mantido por seus sucessores garantiu à China um crescimento econômico contínuo e exponencial, transformando o país na segunda maior economia do mundo (CARRIÇO, 2013). Para tanto, de acordo com Bader (2016), a China precisou atrair investimento, conhecimento, tecnologia e cooperação estrangeira, além de abrir seu mercado e expandir suas relações comerciais. Todavia, essas transformações sociais associadas ao processo de crescimento econômico acelerado e sem precedentes estabeleceram uma série de desafios para o governo chinês:

Fornecer emprego, moradia, transporte e serviços médicos para 10 a 12 milhões de novos imigrantes mudando para as cidades a cada ano, desenvolver fontes de energia para abastecer a mais rápida economia em crescimento do mundo, lidar com o desafio demográfico que está reduzindo dramaticamente o número de população apta a trabalhar, desigualdade e corrupção crescentes, administrar uma população envelhecida, reverter a degradação do ar e da água mais poluídos do mundo e manter a paz e a estabilidade entre as áreas de minorias, para citar alguns. (BADER, 2016, p. 08 tradução nossa)⁸.

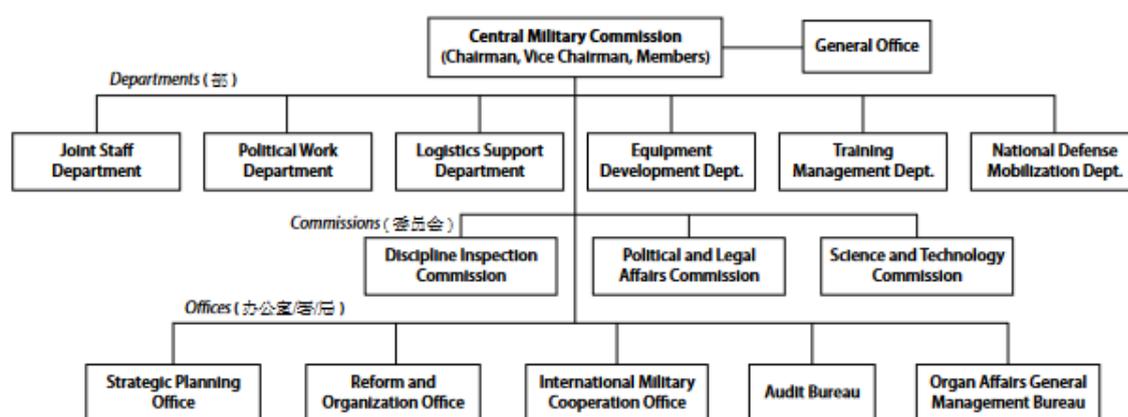
Não obstante, havia uma expectativa (tanto nacional, quanto internacional) para o governo de Xi Jinping de que o governo do presidente não apenas manteria tais reformas, como também as aprofundaria. Mais uma vez, Xi foi de encontro às especulações acerca de seu mandato. O líder atribuiu maior poder às empresas estatais, por meio de um papel de destaque nas campanhas de desenvolvimento econômico, além de fortalecer comitês do partido já existentes dentro das empresas chinesas; apesar de já existirem antes de Xi, esses órgãos não tinham relevância concreta. Agora, as administrações das empresas devem buscar não só seus conselhos, como também sua autorização em processos decisórios importantes (ECONOMY, 2018a). No plano geral, o objetivo econômico final do presidente chinês reside em um ideal de sociedade mais próspera até 2035,

⁸ Do original: “*The array of domestic challenges posed by rapid but unbalanced growth is daunting: providing employment, housing, transportation, and medical services for 10 to 12 million new migrants moving to cities each year; developing energy sources to fuel the world’s fastest growing large economy; coping with a demographic challenge that is dramatically reducing the number of able-bodied workers; growing inequality and corruption; providing for an aging population; reversing degradation of the world’s most polluted air and water; and maintaining peace and stability in restive minority areas, to name a few.*” (BADER, 2016, p. 08)

pautado em iniciativas como o *Going Global*⁹ e o *Made in China 2025*¹⁰ (PAUTASSO et al, 2021). Nesse sentido, infere-se que o Sonho Chinês do presidente tem como propósito lidar com os desafios e alcançar os objetivos previamente apresentados, por meio de um projeto holístico e complexo, capaz de suportar todas as demandas que o desenvolvimento da China pode conter.

Para além disso, o governo Xi Jinping apresenta um novo olhar também para o Exército de Libertação Popular (ELP). Além do já ocupado cargo de Chairman da Comissão Militar Central (CMC), Xi também comanda a recém formada *Joint Battle Command Center* da CMC – não há precedentes para tamanha concentração de poder sobre o ELP desde o período de Mao Tse Tung (POH e LI, 2017; SILVA, 2019). Nesse contexto, e aliado à campanha anticorrupção previamente mencionada, o presidente estabeleceu uma reconfiguração estrutural na organização militar. Xi Jinping criou 15 instituições abaixo da CMC, em substituição aos quatro General Departments antes mal supervisionados e, por isso, repletos de casos de corrupção (WUTHNOW e SAUNDERS, 2017).

Figura X –Novas organizações abaixo da CMC



Fonte: WUTHNOW e SAUNDERS (2017)

Ademais, o atual presidente transformou as sete Military Regions em cinco Theater Commands. Essa reconfiguração aloca esses órgãos sob o comando da

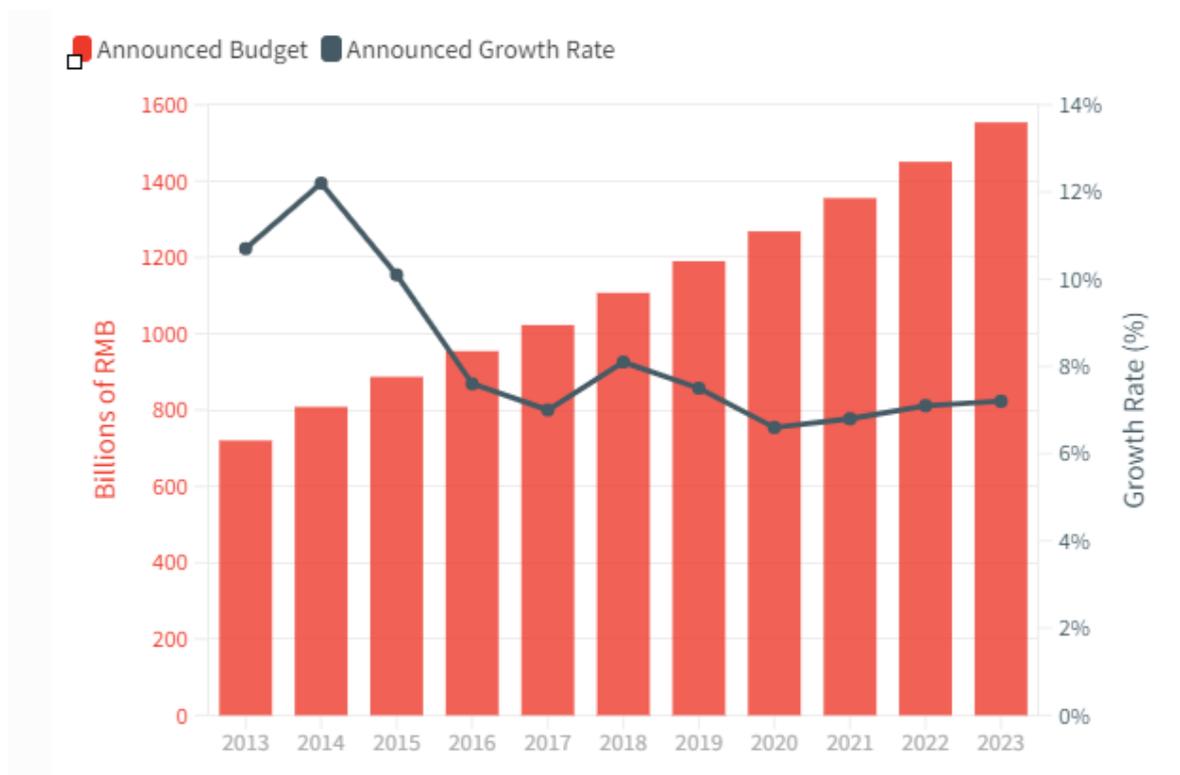
⁹ Going Global é uma política voltada ao incentivo à atuação internacional de empresas chinesas, com o objetivo de aumentar as exportações (MASIERO; COELHO, 2013).

¹⁰ *Made in China 2025* é um projeto que consiste na promoção de dez setores chave de manufatura (como aviação e tecnologia da informação) com o objetivo de que, até 2025, empresas chinesas sejam responsáveis por 80% do mercado doméstico destes produtos (ECONOMY, 2018a; ECONOMY, 2018b; PAUTASSO, 2019).

CMC e, conseqüentemente, ao líder chinês. Além disso, separar as organizações administrativas e operacionais também auxiliam o processo de combate à corrupção dentro da estrutura militar chinesa. Para possibilitar tais reestruturações, no entanto, houve uma redução de 300.000 efetivos e gera, para o presidente, a possibilidade de ter que lidar com a hostilidade dos membros do ELP. Para contornar o cenário desafiador, Xi Jinping além de passar a investir no aprofundamento do processo de modernização militar chinês, também preocupa-se em elevar o padrão (econômico e social) dos militares e realizar visitas às unidades do PLA em todo o território chinês, em um esforço para promover o prestígio da organização (COOPER, 2018; WUTHNOW e SAUNDERS, 2017) .

Xi Jinping tem como um de seus principais objetivos o desenvolvimento do processo de modernização militar das forças armadas chinesas; o projeto foi introduzido inicialmente como As Quatro Modernizações (defesa, indústria, agricultura e ciência), em 1963, por Zhou Enlai e amplamente difundido durante o governo Deng; no entanto, o âmbito da defesa nunca foi tão desenvolvido quanto no mandato de Xi (DUARTE, 2018). A Guerra do Golfo (1991) e o ataque à embaixada chinesa em Belgrado (1999) demonstraram, tanto para a China quanto para o mundo, as fraquezas do ELP e a carência da RPC de um aparato militar capaz de defender seus interesses nacionais. Desde o início de seu governo, o discurso do líder chinês passa a dar ênfase maior à importância das forças armadas do país de forma a proteger seus interesses, e suas atitudes tomam o mesmo rumo, na medida em que o presidente utiliza as capacidades econômicas da RPC para ampliar o orçamento destinado à defesa (BADER, 2016; DUARTE, 2018; TEIXEIRA JR e SILVA., 2019).

GRÁFICO 1 – GRÁFICO DE GASTOS EM DEFESA DE 2013 A 2023 NA CHINA EM BILHÕES DE RMB



Fonte: CSIS (2023)

Ainda no que tange a política doméstica, o governo Xi Jinping enfrenta alguns desafios para além da questão da corrupção. Dentre elas, destaca-se o conflito entre o urbano e o rural, que representa uma ameaça à estabilidade civil da China; e o envelhecimento precoce da população e suas consequências para o projeto de desenvolvimento econômico do país – principalmente a falta de mão de obra. De acordo com a perspectiva de Poh e Li (2017), essas problemáticas podem limitar as capacidades do líder chinês na execução de uma política – não só interna, como também externa – tão ambiciosa. Contudo, o governo de Xi Jinping parece não se intimidar com tais questões e, sem embargo, demonstra uma postura mais audaciosa para política externa chinesa.

2.2 A POLÍTICA EXTERNA CHINESA NO GOVERNO XI JINPING: DE “KEEPING A LOW PROFILE” (KLP) À “STRIVING FOR ACHIEVEMENT”(SFA)

De acordo com Paulo Visentini (2014), a política externa chinesa está pautada nos “Cinco Princípios da Coexistência Pacífica”, apresentados por Chu En-lai em 1954, sendo eles: i) respeito mútuo à soberania e integridade nacional; ii)

não agressão; iii) não intervenção nos assuntos internos de um país por parte de outro, iv) igualdade e benefícios recíprocos e v) coexistência pacífica entre Estados com sistemas sociais e ideológicos diferentes. Já os interesses nacionais da política externa chinesa residem, por tradição, na soberania, na integridade territorial e no desenvolvimento socioeconômico sustentável, tendo a estabilidade política doméstica diretamente relacionada à manutenção de uma boa imagem internacional (OLIVEIRA JR, 2013; SINAGA, 2016).

O governo Xi Jinping apresenta uma postura internacional diferente dos últimos governos chineses, focados em um desenvolvimento pacífico e, por vezes, silencioso. O atual presidente manifesta, desde seus primeiros anos de mandato, a vontade de moldar o Sistema Internacional de acordo com as necessidades e vontades de Pequim a partir de uma presença internacional mais assertiva (ECONOMY, 2018a). Essa crescente assertividade do comportamento dentro do ambiente internacional representa uma descontinuidade para com a postura que a China apresentava em sua política externa desde o mandato de Deng Xiaoping, na década de 1970. Com o objetivo maior de possibilitar um processo de desenvolvimento econômico pacífico para o país, Deng estabeleceu a ideia de *“Keeping a Low Profile”* (KLP), isto é, um perfil discreto no contexto internacional. E, até a chegada de Xi Jinping, esse foi o ideal norteador da política externa chinesa. Tal postura deu a Pequim a chance de se transformar na segunda maior economia do mundo e, conseqüentemente, um dos atores mais influentes no teatro internacional vigente (YAN, 2014).

Os princípios da coexistência pacífica foram adotados por Deng Xiaoping na sua estratégia KLP, ou seja, esconder suas capacidades, “esperar sua vez” e evitar assumir lideranças (NOGUEIRA e FONA, 2022). O objetivo de Deng, ao adotar essa postura, era de manter uma estabilidade política no ambiente externo para possibilitar o desenvolvimento chinês, além de deliberadamente não atuar no ambiente internacional conforme suas crescentes forças econômicas, de forma a evitar atrair a atenção de seus pares (CHANG-LIAO, 2016; ZHANG, 2015a). Para Deng, o processo de ascensão econômica chinês inevitavelmente seria foco de atenção para seus vizinhos e pares no ambiente internacional, o que seria prejudicial ao processo, uma vez que o investimento estrangeiro era vital para sua concretização. Cheng e Zhang (1999) resumem a estratégia de perfil discreto de Deng em sete premissas:

(i) observar e analisar o desenvolvimentos com calma; (ii) posição segura; (iii) lidar com mudanças com paciência e confiança; (iv) ocultar as próprias capacidades e evitar holofotes; (v) ser bom em manter um perfil discreto; (vi) nunca se tornar um líder e (vii) se esforçar para alcançar suas conquistas. (CHENG e ZHANG, 1999, p. 101, tradução nossa).¹¹

Diante disso, infere-se que Deng instituiu a ideia de “*low profile*” quando inserido no ambiente externo de forma a evitar conflitos e garantir um cenário internacional pacífico propício para o desenvolvimento econômico chinês (BADER, 2016; CHENG, 2012).

Os sucessores de Deng Xiaoping, Jiang Zemin e Hu Jintao, mantiveram os preceitos estabelecidos por Deng como norteadores para a política externa chinesa. Seus mandatos, guiados pela ideia de “*low profile* internacional”, foram essenciais para o processo de desenvolvimento econômico da China, e conseqüentemente sua emergência como um ator poderoso dentro da configuração internacional que se definiu após a Guerra Fria (BADER, 2016).

O governo Jiang Zemin teve, dentre suas principais contribuições para a política externa chinesa, a introdução do Novo Conceito de Segurança. O conceito surge como resposta à presença estadunidense cada vez mais latente no continente asiático, como um em um esforço para melhorar a imagem internacional da China que, além de marcada pelo incidente em Tiananmen de 1989, começava, lentamente, a atrair atenção pelos conflitos territoriais na região do Mar do Sul da China e seu entorno. Dessa forma, a ideia de Novo Conceito de Segurança estava baseada em quatro elementos: i) confiança mútua, ii) benefício recíproco, iii) igualdade e iv) coordenação. Somado a isso, Jiang enfrentou a terceira crise de Taiwan, entre 1995 e 1996, o que transformou a integridade territorial em uma prioridade dentro da execução de sua política externa (BARRANTES, 2016). Entretanto, de acordo com o autor Blanchard (2015, p. 8), o governo de Jiang Zemin foi marcado por uma autoridade limitada, além de Jiang ser “sem força e velho demais para exercer poder”.

A ideia de ascensão pacífica foi apresentada, durante o governo Hu Jintao, como uma resposta à comunidade internacional e sua preocupação quanto a China como ameaça. Nesse contexto, o crescimento econômico chinês seria favorável

¹¹Do original: “*lengjing guan cha - observe and analyze (developments) calmly; wenzhu zhenjiao - secure (our own) position; chenzhuo yongfu - deal (with changes) patiently and confidently; taoguang yanghui - conceal (our) capabilities and avoid the limelight; shangyu shouzhuo - be good at keeping a low profile; juebu dangtou - never become a leader; yousuo zuowei - strive to make achievements.*” (CHENG e ZHANG, 1999, p. 101)

para o mundo inteiro, em ressonância com seu conceito de “sociedade harmoniosa”; sem objetivos expansionistas, ou seja, pacífico e pautado na conduta de não coerção (NOGUEIRA e FONIA, 2022; PENNAFORTE et al., 2022; WANG, 2013). Além disso, seu mandato foi marcado pelo seu comportamento conciliador, sempre em busca do consenso mas pouco assertivo diante da tomada de decisões. Hu mantinha um perfil reservado e não deixava transparecer seus pensamentos, o que tornou a postura de Xi ainda mais contrastante (SILVA, 2018). Entretanto, durante o mandato de Hu, já podemos encontrar traços esforços para ocupar a posição de potência global na atuação da política externa chinesa. A partir da crise financeira de 2008, a elite chinesa passou a perceber uma oportunidade para a RPC ocupar, gradualmente, um espaço maior e mais significativo dentro do teatro internacional (POH e LI, 2017).

Já no seu entorno regional, o governo de Xi propôs uma política externa baseada em uma série de conceitos culturais chineses: intimidade, sinceridade, benéfica e inclusiva (ZHANGa, 2015). A postura internacional de Xi Jinping, além de ser pautada pelo Sonho Chinês, o rejuvenescimento nacional, a realização dos “dois centenários” e a “comunidade de comum destino” também adota como propósito a transformação da China em uma sociedade moderadamente próspera em todos os aspectos. Todos esses conceitos têm em comum o objetivo de superar o “século da humilhação”, o que, na perspectiva de Xi, passa a ser conquistar o devido lugar que a China e todo o seu poder acumulado durante as últimas décadas merecem ocupar dentro do Sistema Internacional; no entanto, não há indícios de contestar a ordem internacional vigente, apenas de adaptar-se a ela (NOGUEIRA e FONIA, 2022). De acordo com Carmo e Pecequillo (2014), a instituição da KLP se deu em um contexto em que o poder chinês ainda era delicado e instável; e, a medida em que o poder se consolidou e Xi assumiu o poder, a KLP deu lugar a *Striving for Achievement* (SFA). Para Poh e Li (2017), existe uma ligação muito clara entre o Sonho Chinês e a nova diplomacia apresentada por Xi, sendo esta uma nova faceta da política externa chinesa. Ainda de acordo com os autores, o discurso e a postura de Xi Jinping está pautado em uma percepção extremamente nítida das conquistas da civilização chinesa e suas experiências históricas. Já para Economy (2018a, p. 64), “enquanto Xi limitou a

abertura política e econômica em casa, no cenário internacional, ele busca se posicionar como um chefe da globalização”¹² .

Como já mencionado anteriormente, a tradição da política externa chinesa estabelece como seus interesses nacionais a soberania, a integridade territorial e o desenvolvimento socioeconômico pacífico. Durante o mandato de Xi Jinping, no entanto, esse conceito se expande de segurança (tanto nacional, quanto internacional) para interesses de desenvolvimento. Nesse sentido, qualquer questão capaz de afetar o desenvolvimento econômico da China pode ser tido como um interesse nacional (ZHANG, 2015a). No que tange às questões securitárias, o conceito também se amplia: no 18^a Congresso do PCC, o Mar do Sul da China passou a ser identificado como um deles; ademais, o nacionalismo passa a ser instrumentalizado como forma de legitimar as mudanças na política externa chinesa, e para isso, Xi emprega uma série de conceitos culturais chineses: intimidade, sinceridade, benéfica e inclusiva (ZHANG, 2015a; SINAGA, 2016).

Xi parece dar uma ênfase maior às capacidades militares da RPC, uma vez que, como já mencionado anteriormente, envolve-se em diferentes esferas do aparato militar chinês. De acordo com Poh e Li (2017) e Zhang (2015b), o modelo mais assertivo de Xi pode ser percebido também na questão da defesa, uma vez que o líder, apesar de manter a ideia de desenvolvimento pacífico, coloca, pela primeira vez na política externa chinesa, a proteção dos interesses vitais do país como tão importante quanto (ou até mais que) o desenvolvimento pacífico e não descarta a ideia do emprego das forças militares para defender tais interesses, principalmente a soberania e a integridade territorial:

Em uma sessão de estudo com membros do Bureau Político do PCC em janeiro de 2013, Xi enfatizou o seguinte: “[China] se manterá no caminho do desenvolvimento pacífico, mas nunca abrirá mão de [seus] direitos legítimos e nunca sacrificará [seus] interesses centrais nacionais. Nenhum país deve presumir que [a China] negociará [seus] interesses centrais ou permitirá que danos sejam causados à soberania, segurança ou interesses de desenvolvimento [da China].” Xi também afirmou que a China estava preparada para “lidar com as complexidades, a capacidade da nação de salvaguardar os direitos e interesses marítimos e salvaguardar resolutamente os direitos e interesses marítimos da nação.” Embora a determinação da China de salvaguardar sua soberania e interesses centrais não seja nova, Xi certamente retratou uma imagem muito mais dura em

¹² Do original: “*While Xi has limited political and economic openness at home, on the international stage, he has sought to position himself as globalizer in chief.*” (ECONOMY, 2018a, p. 64)

comparação com a de seus predecessores. (POH e LI, 2017, p. 86, tradução nossa)¹³

A nova postura de Xi estabelece descontinuidades para com a tradição discreta de Pequim na medida em que passa a agir de acordo com o poder político, econômico e diplomático que a China acumulou ao longo das últimas décadas; no entanto, essa inflexão de postura chinesa fez com que o país passasse a ser vista como uma ameaça cada vez mais latente ao papel de potência hegemônica que os Estados Unidos exerce, desde o fim da Guerra Fria, no Sistema Internacional. As relações entre Pequim e Washington sempre foram marcada pela instabilidade política; contudo, o *Rebalance to Asia* (Pivô Asiático ou Pivô para a Ásia), projeto apresentado em novembro de 2011 pelo governo Barack Obama (2009-2016), representa um novo desafio para a política externa chinesa (SINAGA, 2016; ZHANG, 2015b). O projeto sinaliza o entendimento dos EUA de que não só a região Ásia-Pacífico havia se transformado em um novo polo econômico mundial, como também a RPC mantinha presença dominante no seu entorno e as questões de segurança regionais poderiam se tornar, futuramente, questões de segurança internacional. Sendo assim, os objetivos do Pivô Asiático consistiam em formar novas e fortalecer antigas parcerias bilaterais, expandir a cooperação multilateral no continente e consolidar um relacionamento proveitoso com a China (OLIVEIRA, 2021). No aspecto econômico, as relações comerciais dos Estados Unidos na região ganharam mais ênfase e profundidade, e a Trans Pacific Partnership (TPP) transformou-se em prioridade para a política externa estadunidense (PETRI et al., 2012; SHAMBAUGH, 2013). Entretanto, o interesse demonstrado pelo governo Obama em estreitar laços securitários na periferia marítima da China alarmou Pequim e, dessa forma, aprofundou a relação de desconfiança entre os dois países – tal contexto serviu como estímulo para a China alavancar sua posição dentro da região (BAVIERA, 2016; BLACKWILL e CAMPBELL, 2016).

¹³ Do original: “At a study session with members of the Political Bureau of the CPCCC in January 2013, Xi stressed the following: “[China] will stick to the road of peaceful development, but will never give up [its] legitimate rights and will never sacrifice [its] national core interests. No country should presume that [China] will trade [its] core interests or will allow harm to be done to [China’s] sovereignty, security or development interests.” Xi also claimed that China was prepared to “cope with complexities, enhance the nation’s capacity in safeguarding maritime rights and interests, and resolutely safeguard the nation’s maritime rights and interests.” While China’s resolve to safeguard its sovereignty and core interests is not new, Xi has certainly portrayed a much tougher image compared to that of his predecessors.”

A relação entre Pequim e Washington ganha um novo capítulo a partir da eleição de Donald Trump (2017-2021) e torna-se, mais uma vez, questão delicada para a política externa chinesa. Desde o início de sua campanha para a presidência, Trump apresentou uma narrativa anti-china e, em julho de 2018, Washington impôs tarifas sobre as importações chinesas, marcando o início da guerra comercial entre os dois Estados. Além da questão tarifária, o conflito teve várias vertentes; dentre elas, a questão da tecnologia se destaca por refletir um novo ponto de atenção para política internacional, uma vez que o controle da tecnologia, no mundo moderno, significa o domínio sobre os padrões produtivos (PAUTASSO et al., 2021). Xi Jinping parece entender muito bem o papel do conhecimento tecnológico para a dinâmica de poder internacional atual, já que concede grande ênfase ao projeto 5G, liderado pela empresa chinesa Huawei; para além disso, Xi também entende avanços científicos como uma vantagem competitiva quando relacionado à outros Estados, e incentiva a busca pela inovação autônoma, na medida em que a independência, nesse contexto, garante a segurança em todos os âmbitos em que a tecnologia interfere (PENNAFORTE et al., 2022).

A abordagem da política externa do governo Xi Jinping diante dos Estados Unidos pode ser definida pelo conceito proposto pelo presidente ainda quando vice em 2012, o *“New Type of Great Power Relationship”* (NTGPR) (ECONOMY, 2018b). De acordo com Baviera (2016, p. 66), o conceito está baseado em três características: sem conflito ou confrontos, respeito mútuo e relações de benefício mútuo¹⁴. Nesse sentido, o NTGPR tem como princípio evitar guerras, respeitar os interesses de cada país e beneficiar não só as grandes potências, mas toda a comunidade internacional. Dessa forma, o conceito demonstra indícios de que a China busca o reconhecimento do estadunidense quanto ao seu poder, ao mesmo tempo que se esforça para não contestar a posição hegemônica do país. Ademais, ao igualar seus interesses com os norte-americanos, fomenta, internamente, o nacionalismo (BAVIERA, 2016; LI, 2016). Portanto, infere-se que a política externa de Xi Jinping emprega grande empenho em equilibrar suas demandas e responsabilidades diante de Washington.

¹⁴ Do original: *“no conflict or confrontation” (i.e., escaping what many believe to be the historical pattern of rival powers resorting to hegemonic wars), “mutual respect” (i.e., accepting rather than undermine each other’s social system and “core interests”), and “win-win cooperation” (i.e., benefits for both sides as well as the rest of the world)”* (BAVIERA, 2015, p. 66)

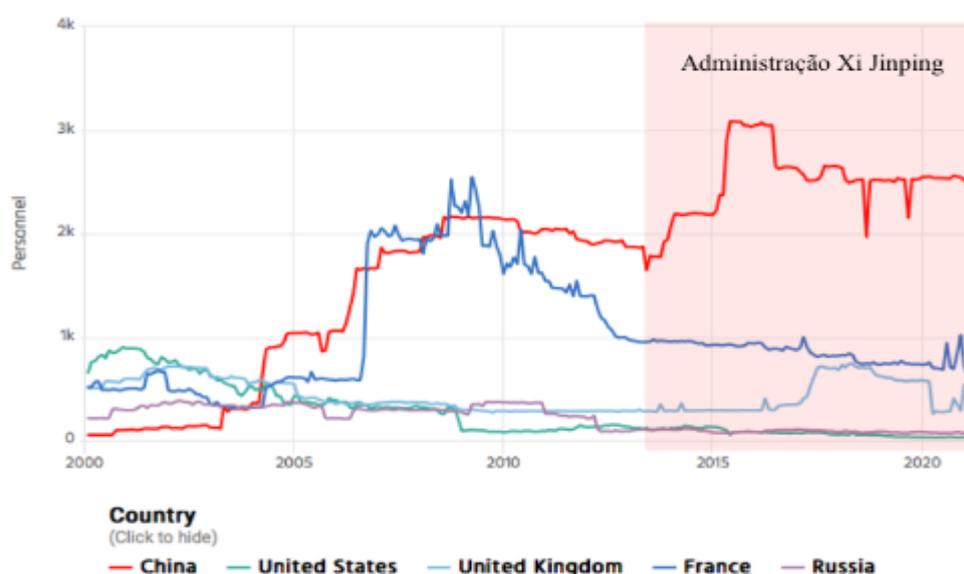
As relações sino-americanas também são influenciadas pela histórica cooperação entre China e Rússia, uma vez que ambos os países mantêm uma contraposição aos Estados Unidos no contexto global. Particularmente, Xi Jinping enfrenta o desafio de se posicionar diante do conflito entre Ucrânia e Rússia. Enquanto os Estados Unidos busca repreender e conter Moscou no que tange ao conflito, o presidente chinês tenta cultivar suas relações com a Rússia sem, diretamente, se impor contra Washington. Pequim coloca a expansão da OTAN na região como culpada pela conflagração, porém clama por resoluções diplomáticas, e não militares (BLANCHETTE e LIN, 2022). Sendo assim, entende-se que a relação entre Pequim e Moscou não pode ser vista como uma aliança, mas sim como uma parceria estratégica e, nesse sentido, o presidente Xi Jinping não está disposto a arriscar seus laços econômicos com o ocidente de modo a se envolver militarmente no conflito (CHIANG-LIAO, 2023).

O governo Xi Jinping também apresenta uma nova abordagem diante do multilateralismo, a partir de uma postura não só mais assertiva, mas também mais proativa em órgãos multilaterais. O movimento de aproximação com o multilateralismo na política externa chinesa começa no início do século XXI, quando a RPC passa a integrar organizações comerciais como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) (YE, 2019). No entanto, a inflexão de Xi apresenta-se na maneira como Pequim passa a interagir dentro destas organizações. Em setembro de 2016, Xi reuniu todos os membros do Politburo para analisar problemáticas relacionadas à governança global, algo que nunca antes havia acontecido com nível tão alto da liderança chinesa (POH e LI, 2017). Nesse contexto, Pequim apresenta tentativas de revisar práticas tradicionais em instituições internacionais financeiras tradicionalmente dominadas pelos Estados Unidos, como é o caso do FMI e do BM; e, quando não consegue o espaço que procura, cria alternativas regionais, como o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) (PASSOS e ALVES, 2021). A RPC também demonstra uma participação mais ativa no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CSNU), ao aumentar significativamente sua participação em operações de paz do órgão: de 192 contingentes de militares em

2001 para 2.465 em 2021 (RINALDI e PIRES, 2021). Atualmente, a China participa de oito missões¹⁵.

Além disso, o presidente Xi Jinping planeja investir ainda mais: em 2015, o presidente anunciou um plano de injetar US\$1 bilhão de dólares em apoio às missões de paz. A participação nas missões de paz, para a China, tem objetivos políticos, por ser uma forma de transmitir a imagem de uma país responsável internacionalmente; e militares, já que o ELP adquire experiência ao atuar nas operações de paz. Não obstante, a China passa a liderar mais instituições no sistema da Organização das Nações Unidas – de 17 agências, 5 têm líderes chineses, enquanto os EUA têm 2 e a Europa 4. Dessa forma, percebe-se a tendência da política externa de Xi Jinping de tornar-se um agente ativo em organizações multilaterais, por meio de uma presença cada vez mais ativa dentro destas estruturas.

GRÁFICO 2 – PARTICIPAÇÃO DA CHINA NAS OPERAÇÕES DE PAZ DA ONU (EM TROPAS)



Fonte: Heiermann (2022)

Ademais, Pequim manifesta um aumento de interesse em relação ao G20 e, por meio de sua atuação ativa, mantém questões como energia, segurança

¹⁵As oito missões das quais a China participa, atualmente: Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (MINUSS), Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização do Mali (MINUSMA), Força Interina das Nações Unidas (FINUL), Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO), Força Interina de Segurança das Nações Unidas para Abyei (UNISFA), Missão das Nações Unidas para o referendo no Saara Ocidental (MINURSO), Força das Nações Unidas para Manutenção da Paz em Chipre (UNIFICYP), Organização de Supervisão de Trégua das Nações Unidas (UNTSO) (UNITED NATIONS PEACEKEEPING, 2023).

alimentar e aquecimento global no centro do campo de discussão do fórum (POH e LI, 2017). Sobretudo, a política externa de Xi passa a priorizar as relações, tanto multilaterais quanto bilaterais, no âmbito regional – como veremos no capítulo a seguir. Sendo assim, infere-se que tanto o multilateralismo quanto o institucionalismo são instrumentalizados na política externa de Xi.

O que diferencia a política externa de Xi é sua disposição de usar todos os instrumentos estatais, desde ativos militares até intimidação geoeconômica, bem como recompensas econômicas explícitas, para perseguir seus vários objetivos geopolíticos. Embora a China tenha usado instrumentos geoeconômicos por mais de quinze anos, a atual liderança controla mais riqueza do que qualquer outro governo na história chinesa e exibe uma maior disposição de usá-la de maneira assertiva, matizada e diversificada para induzir a cooperação e penalizar a recalcitração. (BLACKWILL e CAMPBELL, 2016, p. 16, tradução nossa)¹⁶

Ademais, condiz com um traço já recorrente na política externa chinesa, que passa a priorizar relações não só com países desenvolvidos, como também com países em desenvolvimento e organizações regionais, como evidenciado na sua conduta dos BRICS. O órgão, além de abarcar quase todos os continentes do planeta (América do Sul, Europa, Ásia e África), também representa uma articulação entre países em ascensão que a China passou a liderar e que pretendem, cada vez mais, acumular novos papéis dentro do Sistema Internacional (NIU, 2013). A Organização para Cooperação de Xangai (OCX) também comprova a relevância das instituições multilaterais para a política externa chinesa; fundada em 1996 em uma parceria com a Rússia, a OCX tem três princípios basilares: sem cooperação, sem confronto e sem ameaçar outras partes. Para o presidente Xi Jinping, a instituição torna-se mais um instrumento para a execução de seus objetivos. Nesse sentido, Índia e Paquistão adentraram a OCX em 2017 e, para a China, essa aproximação (com ambos os países e entre eles) significa um passo em diante na realização da sua Iniciativa do Cinturão e Rota da Seda (HE, 2019). Sendo assim, infere-se que Xi Jinping entende a esfera multilateral como uma forma de se projetar internacionalmente e, dessa forma, garantir a proteção de seus interesses nacionais e o sucesso de seus objetivos políticos.

¹⁶ Do original: “*What sets Xi’s foreign policy apart the most is his willingness to use every instrument of statecraft, from military assets to geoeconomic intimidation, as well as explicit economic rewards, to pursue his various geopolitical objectives. Although China has used geoeconomic instruments for more than fifteen years, the current leadership controls more wealth than any other government in Chinese history and exhibits a greater willingness to use it in an assertive, nuanced, and diversified way to simultaneously induce cooperation and penalize recalcitrance.*” (BLACKWILL e CAMPBELL, 2016, p. 16)

Em resumo, a política externa do governo Xi Jinping, ao apresentar a sua estratégia de “*Striving for Achievement*”, apresenta mudanças significativas com a política externa chinesa de “*Keep a Low Profile*” elaborada e executada ao longo das últimas décadas. A principal diferença da política externa de Xi Jinping reside na sua postura assertiva diante das problemáticas, das instituições internacionais e de seus atores pares dentro do cenário internacional. No entanto, tais aspectos podem ser identificados na atuação regional do governo Xi com ainda mais proeminência, e esse será o objetivo do próximo capítulo.

3 A POLÍTICA EXTERNA CHINESA DE XI JINPING NO CONTEXTO REGIONAL DO SUDESTE ASIÁTICO

O presente capítulo tem como propósito descrever a atuação da política externa chinesa no governo Xi Jinping em seu contexto regional, bem como demonstrar suas rupturas e continuidades na questão do Mar do Sul da China. Para isso, a primeira subseção apresentará, de forma descritiva, os principais pontos da atuação do governo Xi em seu entorno regional, de forma a entender como o presidente busca ampliar sua influência política, econômica e militar na região, sem sacrificar a estabilidade regional. Posteriormente, na segunda subseção, será exposto a questão do Mar do Sul da China e como a política externa chinesa lida com o conflito, antes e depois de Xi.

3.1 CONTEXTO REGIONAL

Um dos aspectos mais emblemáticos da política externa de Xi Jinping é a atenção e a dedicação que o presidente atribui ao seu entorno regional. De acordo com He (2020), a atuação da China no âmbito regional pode ser entendida a partir do contexto da relação que Pequim mantém com Washington. Nesse sentido, historicamente, a RPC buscou fortalecer as suas relações com diversas potência ao redor do globo a partir da década de 1990, durante o governo de Jiang Zemin (ZHANG, 2015a). Contudo, o país sempre demonstrou uma preocupação em não ser percebido como um país revisionista, mas sim como um “*status quo power*” – ou seja, como um Estado que não pretende contestar a ordem global vigente, mesmo que busque o acúmulo de poder (CHENG, 2013). Nesse contexto, a política externa de Xi Jinping parece enfrentar um desafio ainda maior diante de tal dualidade, ao passo que a assertividade passa a ser uma característica progressivamente evidenciada na conduta enfática acerca de assuntos regionais, principalmente no Sudeste Asiático e na questão do Mar do Sul da China:

A estratégia regional da China no Leste Asiático provavelmente ainda está tomando forma; e essa estratégia está sendo adotada na tentativa de garantir que a China ainda seja vista como uma “potência do status quo”. A China está ansiosa para convencer a comunidade internacional de que não tem intenção de ser uma “potência revisionista” na era das reformas econômicas e da abertura ao mundo exterior. Suas conquistas econômicas demonstram que se beneficiou da ordem econômica internacional existente, e seu crescente status e influência internacional reduziram muito seu incentivo para desafiar a ordem política internacional

existente, apesar das preocupações de que o mundo ocidental ainda queira “conter” a China. (CHENG, 2013, p. 53, tradução nossa)¹⁷

A política externa de Xi Jinping amplia os interesses chineses no contexto regional, já que a China enxerga a região Ásia-Pacífico como seu “quintal”, entretanto a estabilidade da região continua como objetivo primordial para a política externa chinesa, uma vez que a manutenção da economia do país depende dela (POH e LI, 2017). Nesse sentido, a China começa a cimentar uma posição de acordo com suas capacidades no contexto regional, na medida em que passa a impor suas demandas e preferências na região e a exigir que estas sejam atendidas (BAVIERA, 2016).

A busca pela integração regional também pode ser vista como uma forma de reduzir a influência dos Estados Unidos (e do Ocidente como um todo) na região; sendo assim, Pequim busca ocupar cada vez mais espaço na região – seja político ou econômico (TKACIK, 2018). A estratégia regional postulada pela RPC envolve características tanto do multilateralismo como bilateralismo, ao passo que – como veremos a seguir – a Nova Rota da Seda se consolida como uma forma de cooperação multilateral, o projeto também serve como uma rede de relações bilaterais (KACZMARSKI, 2017). Para a RPC, a estabilidade da região é crucial e, por isso, o governo Xi busca apresentar o sucesso do seu desenvolvimento como propulsor do desenvolvimento de toda a região e consolidar a ideia de uma “sociedade de comum destino”. Nesse sentido, o comum destino da região seria alcançado através do desenvolvimento de estradas, aprofundamento das relações comerciais e culturais, melhorias em estradas, facilitação para investimentos e aproximação entre os povos (BAVIERA, 2016; NOGUEIRA E FONA, 2022).

Xi Jinping, ao contrário de seus antecessores, instrumentaliza a potente economia chinesa com o objetivo de afirmar sua posição privilegiada no contexto regional – ou seja, a prosperidade econômica do país passa a ser empregada como um instrumento para alcançar seus objetivos políticos (CHANG-LIAO, 2016). Nesse contexto, está o que o presidente chama de “projeto do século”, a iniciativa

¹⁷Do original: “China’s regional strategy in East Asia is probably still taking shape; and this strategy is being pursued in an attempt to ensure that China will still be perceived as a “status quo power.” China has been eager to convince the international community that it has no intention of being a “revisionist power” in the era of economic reforms and opening to the outside world. Its economic achievements demonstrate that it has benefitted from the existing international economic order, and its rising international status and influence have greatly reduced its incentive to challenge the existing international political order, despite concerns that the Western world still wants to “contain” China.” (CHENG, 2013, p. 53)

One Belt, One Road (OBOR). A Nova Rota da Seda, posteriormente renomeada *Belt and Road Initiative (BRI)* apesar de focado no continente asiático, agora pretende envolver todos os continentes do globo e tem uma duração estimada em 35 anos (FERDINAND, 2016; LIU; ZHIGAO; WEIDONG, 2020). Apresentado ainda em 2013, o projeto representa a articulação entre a nova postura internacional assertiva e o antigo projeto de desenvolvimento nacional, e tem como objetivo inicial a integração entre Ásia, Oriente Médio, África e Europa via infraestrutura (portos, ferrovias, rodovias e estruturas de energia) por meio do estabelecimento de relações *win-win*, ou seja, em que todos os atores envolvidos sejam beneficiados de alguma forma. (PAUTASSO e UNGARETTI, 2017; RABENA, 2018). O objetivo estabelecido para o projeto consiste em promover o desenvolvimento igualitário, tanto para a China quanto para países da Eurásia, e especialmente no âmbito da infraestrutura. Nesse sentido, a iniciativa busca se distanciar da globalização tradicional, uma vez que o processo provoca e fomenta desigualdades entre países. Entretanto, se bem sucedido, a iniciativa pode propiciar as condições perfeitas para a criação de um sistema econômico sinocêntrico euroasiático, com a China como principal ator dentro desta nova configuração (ZHANG, 2015a). Pautasso e Ungaretti (2017), destaca os objetivos estratégicos que permeiam o projeto do Cinturão e Rota da Seda:

[...] primeiro, responder à penetração dos EUA na região, como atestam as propostas da Parceria Transpacífico (TPP) e do Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP) – agora revisão após a eleição de Trump. Segundo, dirimir, a partir da integração, seus principais desafios securitários, como os contenciosos territoriais no Mar do Sul da China e do separatismo, fundamentalismo e terrorismo de matriz islâmica no oeste chinês, Ásia Central, Afeganistão e Paquistão. Terceiro, garantir a internacionalização de sua economia e de sua moeda, especialmente através da realização de obras de infraestrutura no exterior e da criação de novos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMD). Quarto, criar mercado para suas indústrias, ampliar o suprimento de recursos energéticos e naturais para sustentar o seu crescimento econômico e, ainda, diversificar as suas rotas de importação de energia. (PAUTASSO e UNGARETTI, 2017, p. 32)

Em 2015, a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma, aliado ao Ministro do Comércio e ao Ministro Relações Exteriores apresentou o “*Action Plan*” oficial; de acordo com o documento, a Nova Rota da Seda não precisa, necessariamente, ser delimitada aos moldes da sua antiga versão, e qualquer país, região ou organização internacional pode participar do projeto. Nessa perspectiva, o Cinturão pretende atingir desde o Leste Asiático até a Europa Ocidental,

enquanto o objetivo da Rota será ligar o Pacífico ocidental, o Mar do Sul da China e o Oceano Índico. Inicialmente, o plano abrangia sessenta países na Ásia, no Oriente Médio, na África e na Europa; contudo, já em 2017, todos os países do mundo haviam sido convidados a participar da iniciativa. Atualmente, a Iniciativa do Cinturão da Rota da Seda abarca, oficialmente, 64 países, uma população de 4 bilhões de pessoas e mercados que somam um terço do PIB mundial (ECONOMY, 2018b; FERDINAND, 2016; LIU; SCHINDLER; LIU, 2020; ZHANG, 2015b). O projeto consiste em duas esferas: o Cinturão Econômico da Rota da Seda, voltado à Ásia Central e com o objetivo de construir um corredor terrestre capaz de ligar, diretamente, a Ásia à Europa; a segunda esfera, a Rota da Seda Marítima do Século XXI, seria responsável pela expansão e o desenvolvimento da infraestrutura na região do Sudeste Asiático, de forma a transformar a China em um ator central para a prosperidade da região, e não uma ameaça para a sua estabilidade (SILVA, 2017).

Figura 1 – Mapa da Belt and Road Initiative



Fonte: ZOU et al., 2022

Zhang (2015b) elenca cinco objetivos imediatos para a iniciativa da BRI: (i) aproveitar os excessos da sua capacidade de produção, como ferro e cimento; (ii) utilizar de forma estratégica os 3.6 trilhões de dólares em reservas cambiais; (iii) conquistar formas mais seguras de fontes de energia; (iv) promover o

aprofundamento da atuação da China em indústrias chaves e estimular a segurança nacional e (v) responder a crise econômica global de 2008 e transformar a China em um país capaz de tomar decisões dentro do comércio internacional. Contudo, para além de seu desenho inicial, a BRI expande seus objetivos na medida em que passa a incluir dentre eles acordos financeiros, intercâmbios culturais e expansão de vias de comunicação (BAVIERA, 2016; ZHANG, 2015b).

A iniciativa do Novo Cinturão e Rota da Seda também pode ser entendida como um movimento de Pequim para responder às recentes ações dos Estados Unidos na região, principalmente quanto às reivindicações do território marítimo próximo à China. Durante o governo de Barack Obama (2009-2017), o presidente lançou o previamente mencionado “Pivô Asiático”, um projeto que tinha como objetivo fortalecer as relações estratégicas, diplomáticas e econômicas de Washington na região Ásia-Pacífico (SHAMBAUGH, 2013; LANTEIGNE, 2016; ZHANG, 2015b). Sobretudo, a Iniciativa pode ser vista como uma forma de Pequim não só ampliar sua presença na região, mas também conter a influência que os Estados Unidos buscam exercer no território. E, dessa forma, demonstra que a RPC busca competir com os EUA por meio de políticas econômicas e estratégicas e evita, mas não renuncia, assuntos militares.

A dimensão do projeto demonstra que o interesse chinês em regiões como África, o Oriente Médio e a Europa passa a aumentar, em detrimento do seu interesse no ocidente. No que tanto ao continente europeu, a China não mede esforços para aprofundar as relações econômicas com o velho continente:

Mesmo que o governo chinês esteja preocupado em promover ainda mais exportações chinesas para a Europa, as facilidades também permitirão maiores exportações europeias para a China ao contrário. Isso deve ajudar a Europa e a China a “dar as mãos e refazer o mundo”. Ao mesmo tempo, não é fantasioso pensar que a China espera dessa maneira tornar a Europa gradualmente mais dependente economicamente da China e menos dependente dos Estados Unidos. (FERDINAND, 2016, p. 955, tradução nossa)¹⁸

Dessa forma, a China parece entender que há mais espaço nestas regiões para desenvolver a influência que o país deseja alcançar, tanto em aspectos políticos quanto econômicos.

¹⁸ Do original “*Even if the Chinese government is concerned with promoting yet more Chinese exports to Europe, the facilities will also allow greater European exports to China in reverse. This should help Europe and China to ‘join hands and remake the world’. At the same time it is not fanciful to think that China hopes in this way to make Europe gradually more dependent economically upon China and less dependent upon the United States*”. (FERDINAND, 2016, p. 955)

Pelo viés econômico, a importância da Nova Rota da Seda reside na necessidade de encontrar novos mercados para as empresas chinesas, na medida em que a economia da China, pautada pelo foco em desenvolvimento nas últimas décadas, passa a ter o consumo como evidência. Nessa configuração, o Estado passou a buscar novos meios de atuação para essas companhias que, tradicionalmente, estavam envolvidas em projetos de infraestrutura dentro do território chinês. Ademais, o projeto pode ser visto como uma forma de inserir o renminbi em mercados externos, especialmente na Europa, o que incentiva o plano de, a longo prazo, transformá-lo em uma moeda de reserva internacional (FERDINAND, 2016; LI, 2020).

De forma a tornar o projeto da Nova Rota da Seda possível, torna-se necessário uma gama diversa de recursos financeiros. Para isso, a RPC estabelece cinco formas de investimento: aplicação própria do governo, empréstimos preferenciais, recursos voltados ao desenvolvimento, empréstimos comerciais e fundos especiais. Os fundos especiais chamam atenção na medida em que são cada vez mais utilizados: Pequim já consolidou mais de 20 fundos voltados ao financiamento da BRI, totalizando uma quantia de mais de 15 bilhões de dólares. O *Silk Road Fund* (SRF) é o mais emblemático dentre eles; criado em 2014, inicialmente o fundo contava com cerca de 40 bilhões em capital advindo de instituições chinesas como o *Export-Import Bank of China* (CEXIM) e o *China Development Bank* (CDB). Não obstante, em 2017 o fundo recebeu um investimento de 100 bilhões em renminbi. Por fim, a RPC se dedica à cooperação financeira em acordos com outros países ou organizações internacionais, como é o caso da Asean-China e da *Shanghai Cooperation Organization* (SCO) (LIU; ZHANG; XIONG, 2020; FERDINAND, 2016; ZHANG, 2015a). Posto isso, evidencia-se que o governo de Xi Jinping não mede esforços, tanto políticos quanto econômicos, para a execução do seu “projeto do século”.

Entre outros aspectos de poder dentro do seu entorno regional, a atenção e a dedicação de seus atributos econômicos também demonstram o crescente interesse que o governo Xi mantém na região. Antes do governo Xi Jinping, a China já era o maior investidor e parceiro dos países do Leste Asiático. Entretanto, a iniciativa Asian Infrastructure Investment Bank, anunciada por Xi em 2015, consolidou a posição do Estado como ator dominante na economia da região. O projeto, inicialmente envolvendo 57 países e com um capital de cerca de 100

bilhões de dólares, se deu por meio da criação de um fundo financeiro internacional destinado ao investimento em projetos de infraestrutura, como transporte e energia, visando estimular e incentivar a cooperação política com os países envolvidos na instituição (BADER, 2016; POH e LI, 2017; SILVA, 2020, ZHANG, 2015a).

O Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) é um Banco Multilateral de Desenvolvimento (BMD) especializado do século XXI com a missão de melhorar o desenvolvimento social e econômico na Ásia, e, além disso, investir em infraestrutura e outros setores produtivos. Os projetos financiados conectarão melhor pessoas, serviços e mercados para promover o desenvolvimento sustentável, o crescimento e a prosperidade. Ao final de seu primeiro ano de funcionamento, 50 dos 57 signatários da Ásia, Europa, África, Oriente Médio e Américas já eram membros e mais sete estavam em processo de ratificação dos Artigos do Acordo. Vários candidatos em potencial da Ásia, Europa, África e das Américas, manifestaram interesse em ingressar no AIIB.¹⁹ (ASIAN INFRASTRUCTURE INVESTMENT BANK, 2016, p. 1, tradução nossa)

Para além de estabelecer uma alternativa ao Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD) e ao Banco Mundial (BM)²⁰, um dos grandes propósitos do AIIB é o financiamento do projeto da Nova Rota da Seda e, para isso, o banco conta com um capital de 100 bilhões de dólares, sendo metade do valor pago pela China. Atualmente, a instituição abarca 87 países e, apesar do foco no continente asiático, países como o Reino Unido que, após anunciar sua entrada no banco, rapidamente foi seguido pela França e pela Alemanha, também fazem parte do projeto (CHAISSÉ; MATSUSHITA, 2018; FERDINAND, 2016; SILVA, 2020; ZHANG, 2015a). O AIIB também condiz com a nova postura da política externa chinesa na medida em que tem como impactar positivamente os Estados envolvidos, ou seja, mais uma forma de relação *win-win*. A atuação do banco reside, principalmente, tanto na criação, quanto na reforma de projetos de infraestrutura, em um esforço para tornar-se uma opção sustentável e acessível para os países envolvidos (SILVA, 2020).

¹⁹ Do original “*The Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB or the Bank) is a specialized 21st century Multilateral Development Bank (MDB) with a mission to improve social and economic development in Asia, and beyond, by investing in infrastructure and other productive sectors. The projects it funds will better connect people, services and markets to promote sustainable development, growth and prosperity. At the end of its first year of operations, 50 out of the 57 signatories from Asia, Europe, Africa, the Middle East and the Americas were already members and seven more were in the process of ratifying the Articles of Agreement (AOA). A number of potential applicants from Asia, Europe, Africa and the Americas, had expressed interest in joining AIIB*” (ASIAN INFRASTRUCTURE INVESTMENT BANK, 2016).

²⁰Tanto o Banco Mundial quanto o Banco Asiático de Desenvolvimento são instituições voltadas ao desenvolvimento em infraestrutura e desenvolvimento, enquanto o BM é comandado pelos Estados Unidos, o BAD é predominantemente controlado pelo Japão mas também com grande influência dos EUA. À vista disso, compreende-se a necessidade de Pequim estruturar uma instituição capaz de contrapor-las (DENT, 2008; SILVA, 2020).

O banco também pode ser visto como mais um esforço da RPC para a internacionalização da sua moeda, uma vez que deve promover o comércio e o investimento internacional dentro da economia chinesa (POH e LI, 2017). Além do significativo investimento financeiro, o investimento político da RPC para a fundação e o funcionamento do órgão também é um fator marcante da postura chinesa no aspecto regional. Mais uma vez, Pequim instrumentaliza a cooperação bilateral de forma a incentivar e promover a cooperação multilateral (SILVA, 2020). A Nova Rota da Seda e o AIIB têm sido comparados ao Plano Marshall, iniciativa elaborada pelos EUA para auxiliar na reconstrução dos países europeus após a Segunda Guerra (BAVIERA, 2016). Sobretudo, tanto o projeto da Nova Rota da Seda quanto a iniciativa de criação do AIIB demonstram que a China está disposta a utilizar o seu poder econômico em busca de uma aproximação política e estratégica com os países do seu entorno regional.

Os líderes anteriores insistiram na estratégia diplomática que priorizava a prosperidade a prosperidade do país; agora, a prosperidade do país deve auxiliar sua diplomacia—os benefícios para o crescimento econômico da China devem ser empregados para alcançar objetivos políticos [...] A política externa econômica de Pequim serve como um aspecto crucial para sua diplomacia periférica, voltada para a criação de uma rede integrada de interesses mútuos que, em última instância, aumentaria o senso de comunidade na região (CHIANG LIAO, 2016, p. 85-86, tradução nossa)²¹

Para além dos projetos gigantescos, o país também passou a empregar uma diplomacia econômica na região, por meio de iniciativas como o comércio bilateral, o investimento direto e a acordos de livre comércio. Por outro lado, Pequim também começa a instrumentalizar a economia como punição, ao utilizar sanções contra Estados que vão de encontro aos seus interesses nacionais, como no contexto dos conflitos em torno de seu território marítimo com o Japão e as Filipinas, para com os quais a China restringiu o comércio e o turismo. Nos últimos anos, a RPC passou a utilizar as sanções (ou a ameaçá-las) econômicas e políticas com maior frequência, além de aderir às sanções no âmbito multilateral, como os estabelecidos pela ONU (LIANG YAN, 2012 apud CHANG-LIAO, 2016; SILVA, 2017).

²¹Do original: “Previous leaders insisted upon a diplomatic strategy that would best ensure the country’s prosperity; now the country’s prosperity should assist its diplomacy—the benefits of China’s economic growth should be harnessed to achieve political objectives [...] Beijing’s economic foreign policy serves as a crucial aspect of peripheral diplomacy, aimed at the creation of an integrated web of mutual interests peripheral diplomacy, aimed at the creation of an integrated web of mutual interests to ultimately enhance a sense of community in the region.” (CHANG-LIAO, 2016, p. 85-86)

Nesse sentido, a política externa chinesa frente à questão de Taiwan ganha novos rumos a partir da ascensão de Xi Jinping ao poder. O conflito entre a RPC e Taiwan inicia no século XX quando a ilha, localizada na costa sul da China, torna-se independente. Desde 1949, Taipei possui seu próprio governo eleito democraticamente e não reconhece o conceito de '*One China*' proposto por Pequim ao longo dos últimos 70 anos (ALBERT, 2016). Além de desafiar Pequim quanto à unificação do país, a localização geográfica de Taiwan transforma a questão em uma problemática de segurança nacional para o governo chinês. A ilha está cercada pela influência dos Estados Unidos: Okinawa, território japonês, abriga uma base naval estadunidense; as Filipinas e a Coreia do Sul são históricos aliados de Washington e, ao sudeste de Taiwan, localiza-se a ilha de Guam, território dos EUA que aloca outra base naval e bombardeiros do exército norteamericano (TEIXEIRA JR e SILVA, 2023). Além disso, recuperar Taiwan significa romper com a barreira armada pelo aglomerado de Estados-arquipélagos que limitam toda a extensão litorânea da China e dificultam sua aproximação com o Oceano Pacífico (PADULA e FERNANDES, 2020).

As relações entre China e Taiwan são pautadas, em certa medida, por qual partido está no poder na ilha: enquanto o Kuomintang (KMT) presta suporte a unificação e mantém relação mais próxima com a RPC, o PCC considera o *Democratic Progressive Party* (DPP) um inimigo do seu movimento em prol da *One China*. Desde 2016, após o *Sunflower Movement*²², Tsai Ing-wen, candidata do DPP, comanda Taiwan (CHEN e ZHANG, 2022). Soma-se a esta conjuntura, a estreita relação cultivada (e particularmente motivada pelos valores democráticos compartilhados por ambos) entre Washington e Taipei; na medida em que os países se aproximam, tanto política quanto militarmente, a questão torna-se ainda mais preocupante para Pequim (THOMPSON, 2020; TOMÉ, 2021).

Dessa forma, a política externa de Xi Jinping passa a atuar de modo a constranger Taiwan no campo político, econômico e militar. Diante da recusa de Tsai em assinar o Consenso de 1992 (acordo que reconheceria Taiwan como parte integrante do território chinês), Pequim impôs uma restrição a turistas e estudantes

²²Durante o último mandato do KMT, as relações entre Pequim e Taipei se aproximaram por meio de diálogos cada vez mais recorrentes e acordos, tanto comerciais quanto políticos. Em março de 2014, com o objetivo de impedir a assinatura de um acordo que aprofundaria as relações econômicas e comerciais entre os dois Estados, jovens estudantes e civis tomaram as ruas de Taiwan. O Sunflower Movement, além de impedir a consumação do tratado, também enfraqueceu o mandato do Kuomintang, e, posteriormente, facilitou a ascensão do DPP ao poder.

chineses de entrar em Taipei e, desde então, o país vem estabelecendo sanções ao comércio e a importação e exportação de Taiwan, além de interromper oficialmente qualquer diálogo entre os dois países (CHEN e ZHENG, 2022; ECONOMY, 2018b). No que tange à política internacional, Pequim busca limitar a atuação de Taiwan: restringe sua participação em organizações multilaterais e aprofunda relações com países aliados diplomáticos do país, sendo capaz até de fazê-los voltar atrás quanto ao reconhecimento do Estado de Taiwan (THOMPSON, 2020).

Para concretizar os seus objetivos, Xi Jinping demonstra-se capaz de empregar todos os meios necessários, inclusive a força. O processo de modernização militar das forças armadas da China e, principalmente, o progressivo aumento dos recursos dedicados à defesa do Estado, configura um desafio à segurança de Taiwan.

O desenvolvimento de projeção de poder capaz de incluir a habilidade de invadir Taiwan balançou o equilíbrio securitário estabelecido ao longo do Estreito e tem implicações significativas tanto para a defesa nacional de Taiwan, quanto para a garantia de estabilidade regional oferecida pelos Estados Unidos (THOMPSON, 2020, p. 12, tradução nossa)²³

A RPC passou a pressionar a soberania de Taiwan ao empregar invasões em seu espaço aéreo e marítimo; em 2022, após a visita da presidente da Câmara de Representantes dos Estados Unidos ao país, a reação de Pequim foi lançar mísseis balísticos em torno da ilha de Taiwan. O emprego da força de forma a ameaçar e coagir Taipei teve aumento significativo a partir do ingresso de Xi Jinping ao poder, o que motivou os Estados Unidos a expandir sua presença política, militar e econômica no Estreito de Taiwan. Em um claro desafio à Pequim, Washington realiza, com certa periodicidade, operações navais na região, chamadas de Freedom of Navigation (ECONOMY, 2018; TEIXEIRA JR e SILVA, 2020; THOMPSON, 2020).

A questão Taiwan torna-se basilar para a política externa de Xi Jinping na medida em que a reunificação da China seria um dos pilares para o conceito de “comum destino” para a região que, por sua vez, integra o Sonho Chinês do presidente. O desafio constante que Pequim provoca à soberania de Taiwan resulta em uma rejeição da opinião pública da ilha à ideia de reunificação, apenas 14.9%

²³Do original: “The development of credible power projection capabilities that includes the ability to invade Taiwan has changed the cross-Strait security balance and has significant implications both for Taiwan’s defense and the US security guarantees that underpin regional stability.” (THOMPSON, 2020, p. 12)

da população da ilha apresenta-se a favor da unificação com a China (ECONOMY, 2018b). Não obstante, o líder chinês demonstra-se disposto a garantir a manutenção dos direitos democráticos da ilha de Taiwan através da implementação da configuração “*One Country, Two Systems*” previamente empregada em Hong Kong²⁴ (CHEN e ZHANG, 2022; SO, 2011). Dessa forma, a atuação do presidente frente ao conflito no Estreito de Taiwan evidencia a dimensão do esforço – seja econômico, político ou militar – que Xi Jinping está disposto a despender para garantir os interesses nacionais de Pequim, através de sua política externa.

Dentre sua atuação regional, a China entende as organizações regionais como instrumentos para a promoção de seus interesses na região. Pequim integra a Asian Pacific Economic Cooperation (APEC), a Organização para a Cooperação de Xangai (OCX) e o ASEAN Plus Three. Entre elas, a Associação de Nações do Sudeste Asiático desempenha um papel importante para Pequim. Estabelecida em 1967, os Estados uniram-se com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico da região, além de promover o avanço social e cultural e, posteriormente, apresentaram fortes traços de identificação política. O estabelecimento, em 1994, do Fórum Regional da Ásia (FRA), abriu espaço para outros Estados atuarem dentro da instituição; a China, desde então, busca promover seus interesses por meio do Fórum. Já em 1997, estabeleceu-se o ASEAN Plus Three, marcando, oficialmente, a aproximação dos países membros da ASEAN com a China, a Coreia do Sul e o Japão (PEREIRA, 2004; VISENTINI, 2011). A partir dessa aproximação e de um acordo de livre comércio postulado em 2010 entre seus membros, o investimento da RPC na região do Sudeste Asiático teve aumento significativo, o que resultou em um aprofundamento das relações entre eles, além de contribuir para a estabilidade da região (VISENTINI, 2011). Na medida em que Xi Jinping ascende ao poder e a ASEAN, além de ocupar uma posição consolidada na região, aparece cada vez mais fortalecida e unificada, Pequim compreende a necessidade de reconhecer a influência da organização na região e coloca-a como prioridade para sua política externa (HE, 2019; ZHANG, 2015a). Entretanto, a relação de Pequim com a ASEAN e seus Estados

²⁴ Após décadas de colonização, em 1997, a Grã-Bretanha devolveu para a China o território de Hong Kong. A RPC, ao entender que teria seria um delicado processo de reunificação, adotou a política de “um país, dois sistemas”. Nesse sentido, Hong Kong ganhou o status de Região Administrativa Especial (RAE), que consiste na ideia de que, durante os primeiros 50 anos de reaproximação entre os dois atores, a antiga colônia britânica teria autonomia e seria governada pela própria população de Hong Kong (SO, 2011).

constituintes está diretamente ligada à questão do Mar do Sul da China e, dessa forma, a cooperação entre os atores é constantemente desafiada pelo conflito de interesses na região, como veremos a seguir.

3.2 O MAR DO SUL DA CHINA

A região do Sudeste Asiático, ao longo das últimas décadas, ganha progressiva relevância para o Sistema Internacional, na medida em que os Estados da região passam a desenvolver suas economias, projetar-se politicamente (tanto no âmbito regional, quanto no âmbito global) e fortalecer suas capacidades militares. Lá está localizado o Mar do Sul da China (MSC), também chamado de Mar da China Meridional, uma extensão marítima no Oceano Pacífico que compreende cerca de 3,8 milhões de km² e está cercado por 10 Estados do Leste e do Sudeste da Ásia (China, Vietnã, Malásia, Cingapura, Indonésia, Brunei, Tailândia, Filipinas e Taiwan), o que abarca cerca de 2 bilhões de pessoas. O Mar do Sul da China o MSC conecta o Oceano Índico ao Pacífico, além de ser o menor caminho entre o Oriente Médio e a África e a porta de entrada para o Sudeste Asiático (PADULA e FERNANDES, 2020; PINOTTI, 2015).

Figura 2 – O Mar do Sul da China e seu entorno regional



Fonte: shoutchinasea.org

Sumariamente, o MSC está conectado a outros mares pelo Estreito de Taiwan, o Estreito de Lombok e o Estreito de Malaca. A China é, atualmente, o maior consumidor de petróleo do mundo e, por isso, Malaca tem extrema importância para o país, além de ser uma zona de tráfego de marinhas mercantes e estratégicas e ligar o Golfo Pérsico ao Oceano Pacífico (CHANG-LIAO, 2016).

Quase um terço dos 61% da produção global de petróleo e outros líquidos transportados pelas rotas marítimas em 2015 transitaram pelo Estreito de Malaca, o segundo maior ponto de estrangulamento do comércio de petróleo no mundo depois do Estreito de Ormuz [...] O Estreito de Malaca [...] é a rota marítima mais curta entre os fornecedores Golfo Pérsico e os principais mercados asiáticos. O Estreito de Malaca é o principal ponto de estrangulamento na Ásia e, nos últimos anos, entre 85% e 90% do fluxo total anual de petróleo que transitou através deste ponto de estrangulamento foi de petróleo bruto. (EIA, 2017, p 1-2, tradução nossa)²⁵

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM)²⁶, principal referência para a legislação marítima internacional, definiu o MSC como uma “via navegável semifechada” e, para a RPC e muitos outros países da região, a área é considerado uma “via marítima primária de comunicação”, além de ser uma das mais importantes zonas de tráfego marítimo para o mundo inteiro, posto que possui abundante (e desconhecida) quantidade de combustíveis fósseis e cerca de 5 trilhões dólares em trocas comerciais navegam pelo mar anualmente (ECONOMY, 2018b; LANTEIGNE, 2016; PADULA e FERNANDES, 2020; PINOTTI, 2015).

A estabilidade da rota marítima, para a China, torna-se basilar para a manutenção da sua economia na medida em que é por meio deste mar que o país recebe matérias primas e exporta os bens produzidos a partir delas; além disso, cerca de 80% do petróleo importado pela RPC precisa passar pelo Estreito para chegar ao solo chinês e, na medida em que o processo de modernização do país se desenvolve, Pequim torna-se progressivamente dependente de recursos energéticos. Não obstante, a extensão marítima está intrinsecamente ligada à

²⁵ Do original: “Nearly one-third of the 61% of total global petroleum and other liquids production that moved on maritime routes in 2015 transited the Strait of Malacca, the second-largest oil trade chokepoint in the world after the Strait of Hormuz [...] The Strait of Malacca, [...] It is the shortest sea route between Persian Gulf suppliers and key Asian markets. The Strait of Malacca is the primary chokepoint in Asia, and in recent years, between 85% and 90% of annual total petroleum flows through this chokepoint were crude oil [...]” (EIA, 2017)

²⁶A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), criada em 1982, estabelece conceitos e regulações para territórios marítimos. Pelo Artigo 122 da CNUDM, o Mar do Sul da China é definido como um semi-enclosed waterway; sendo assim, a maior parte das reivindicações pelo MSC têm seus argumentos baseados nos conceitos instituídos pela Convenção.

segurança nacional da China: o Mar do Sul da China constitui um “escudo natural” para o território chinês, posto que na região estão localizadas Guangxi e Guangdong, duas das mais ricas e populosas cidades chinesas, além de conectar dois pontos fundamentais para a política externa chinesa: Taiwan e Hong Kong (LANTEIGNE, 2016; PADULA e FERNANDES, 2020, PINOTTI, 2015).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, Pequim e países da região, como o Vietnã e as Filipinas, buscaram ocupar o território do Mar do Sul da China e, a partir do final do século XX, as disputas passaram de apenas territoriais, para também estratégicas (BUSZYNSKI, 2012). Nesse contexto, o crescimento expressivo da região asiática durante o período concede ao MSC uma relevância ainda maior, na medida em que o acesso à combustíveis fósseis e às rotas comerciais tornam-se fundamentais para a manutenção do desenvolvimento econômico desses países (BURCH, 2019). Para a China, a sua reivindicação pelo território se justifica pelo direito histórico que o país adquiriu pela região ao descobrir, nomear e utilizar as ilhas por mais de dois séculos; e, na visão de Pequim, nenhum outro Estado que reclama o MSC possui evidências proporcionais quanto a sua soberania na região (SINAGA, 2016). No entanto, a clemência da RPC pelo Mar do Sul da China e seus direitos históricos não são aceitos pela comunidade internacional e demais atores envolvidos no conflito, o que torna-o cada vez mais complexo (LANTEIGNE, 2016).

As reivindicações chinesas pelo MSC são as mais expansivas dentre todos os países que clamam a região, e estão atreladas à “linha de nove traços”. O mapa oficialmente divulgado pelo governo da República da China, em 1947, apresenta uma “linha em formato de U” que cobre cerca de 80% da região e perpassa as ZEEs do território²⁷ (ECONOMY, 2018b; LANTEIGNE, 2016; O’ROURKE, 2020; TOMÉ, 2021; ZHANG, 2020). Não houve, por parte da comunidade internacional, nenhuma retórica contra a declaração de soberania da China sobre a região – o que Pequim considerou como a aprovação e o reconhecimento internacional quanto aos seus direitos pelo MSC (SINAGA, 2016).

Além da extensão marítima da região, o Mar do Sul da China conta com quatro importantes grupos de ilhas disputados pelos países envolvidos na questão. Dentre elas, as mais importantes para o governo chinês são as ilhas Paracel, as ilhas Spratly, as ilhas Pratas e o Scarborough Shoal (O’ROURKE, 2020). As ilhas

²⁷ Ver Anexo B.

Paracel são reivindicadas também pelo Vietnã e, em 1974, a disputa escalonou quando o governo da República do Vietnã do Sul enviou uma embarcação naval em uma tentativa de incorporar as ilhas ao seu território, e a China, como resposta, armou uma operação para retirar as forças vietnamitas do território. Já as ilhas Spratly têm todo o seu território reclamado pela China e pelo Vietnã, e em partes por Brunei, Malásia e Filipinas. Em 1988, após a China tentar se instalar permanentemente no território, o Vietnã enviou navios para as ilhas e ocupou outras ilhotas ao redor da região. No entanto, o conflito terminou com a China reafirmando sua soberania pelas ilhas. Finalmente, as ilhas Pratas são governadas por Taiwan, mas a RPC mantém sua reivindicação pela região e, finalmente, o Scarborough Shoal, mesmo ocupado pela China desde 2012, continua sendo pleiteado por Taiwan e pelas Filipinas (O'ROURKE, 2020; LANTEIGNE, 2016).

Para a política externa chinesa, a questão do Mar do Sul da China sempre foi central. Jiang Zemin, ao adentrar o século XX, estabeleceu como um objetivo imprescindível a transformação da China em uma grande potência marítima e a consolidação da capacidade de Pequim de defender os seus mares (CHUBB, 2021). Ao assumir a presidência do país em 2003, Hu Jintao demonstrou preocupação com o risco que a limitação ao Estreito de Malaca representa para a China, principalmente tendo em vista a inexpressividade da presença chinesa no território (LANTEIGNE, 2016). Entretanto, para a política externa chinesa, sempre prevaleceu a busca pela estabilidade regional. Nesse sentido, em novembro de 2002, a China e os países do Leste Asiático representados pela ASEAN assinaram a Declaração sobre a Conduta das Partes no Mar do Sul da China (DoC). A DoC simboliza a primeira vez que Pequim aceitou fazer parte de um acordo multilateral sobre a questão, o que a ASEAN busca desde 1992 (BUSZYNSKI, 2003). Como resultado, o período que se seguiu ao acordo, de 2002 a 2009, foi marcado pela paz e a estabilidade no MSC (SINAGA, 2016). No entanto, o intervalo de paz foi interrompido por um movimento que, para a China, significou uma violação do Artigo 5 do documento, relativo ao compromisso em não agravar o conflito. Malásia e Vietnã, em conjunto, submeteram à Comissão sobre os Limites da Plataforma Continental (CLCS) informações quanto aos limites externos da plataforma continental para além do limite de 200 milhas náuticas (nm). Como consequência, no mesmo ano, a China desafiou a ordem vigente ao enviar para a ONU

documentos com o mapa contendo a linha de nove traços²⁸, como uma clara declaração da soberania chinesa sobre a região (SINAGA, 2016; ZHANG, 2020). Novamente, no entanto, a busca pelo ambiente internacional estável impera para a política externa de Pequim e, ao final do governo de Hu, o presidente volta atrás quanto às medidas assertivas tomadas na região, renuncia a posição do MSC como interesse vital do país e assina o *Guidelines for the Implementation of the DOC*, documento elaborado pela ASEAN para reduzir as tensões na região e aprofundar o diálogo diplomático acerca do tema (BURCH, 2019; CHANG-LIAO, 2016; ZHANG, 2020).

A postura de Pequim quanto ao conflito no Mar do Sul da China está diretamente ligada à atuação dos Estados Unidos na região. Na medida em que Washington amplia sua presença política e militar no MSC, Pequim demonstra sua progressiva vontade de conter a influência estadunidense no território. Como previamente apresentado, o “Pivô Asiático”, projeto de Barack Obama estabelecido em 2009, provocou no governo chinês um sentimento de desconfiança e apreensão quanto aos EUA. Não obstante, em julho de 2010, na Conferência Regional da ASEAN, Hillary Clinton, então Secretária de Estado do governo Obama, afirmou que um dos interesses nacionais do Estados Unidos seria a estabilidade do Mar do Sul da China, bem como a liberdade de navegação e o livre acesso aos recursos regionais (FELS e VU, 2016; SINAGA, 2016; TSANG, 2020). Esse movimento estadunidense se deu após a difusão o projeto de modernização da frota naval chinesa consolidada pelo governo Hu Jintao, posto que nesse período a China adquiriu o seu primeiro porta aviões, o Liaoning, e desenvolveu a política anti acesso / negação de área que, basicamente, busca amplificar a sua presença militar na região de modo a conter a presença estadunidense. Ademais, Washington precisava, para manter seus aliados na região, demonstrar o seu comprometimento com a preservação da segurança de seus aliados, principalmente as Filipinas (LANTEIGNE, 2016; SINAGA, 2016).

Para além dos objetivos políticos, o MSC garante a passagem dos navios norte americanos para chegar ao Oceano Índico e ao Golfo Pérsico; nesse sentido, o interesse dos Estados Unidos pela região reside na fundamentalidade da liberdade de navegação para sua economia, uma vez que grande parte do comércio estadunidense passa pela região (cerca de 1 trilhão de dólares). Sendo

²⁸ Ver Anexo A.

assim, qualquer sinal de insegurança na região pode gerar crises exorbitantes, tanto para Washington quanto para o mundo (SINAGA, 2016). Nesse sentido, Xi Jinping estabelece um esforço para que os assuntos securitários da região sejam de responsabilidade dos Estados asiáticos, e não da comunidade internacional como um todo. Sendo assim, o presidente apresenta o New Asian Security Concept (NASC), baseado no ideal de “segurança asiática por para asiáticos”, tendo como propósito principal estimular relações de benefício mútuo entre os países da região, além de se colocar como um ator que provém segurança para a região. Ainda, a preocupação dos Estados Unidos para com a região pode ser interpretada no âmbito estratégico, uma vez que, caso a soberania chinesa sobre o território fosse de fato oficializada, a presença de Washington na região seria imediatamente limitada. Dessa forma, o interesse dos Estados Unidos reside, sobretudo, na importância de manter sua hegemonia na região e conter a influência chinesa – também um dos objetivos do NASC (BAVIERA, 2016; FELS e VU, 2016). Sendo assim, Xi Jinping ascende ao poder com o desafio de conter o avanço da presença estadunidense no Mar do Sul da China.

Nesse contexto e de forma a assegurar a conquista do Sonho Chinês de Xi Jinping, garantir a soberania e a integridade territorial da China no MSC torna-se um dos interesses vitais de seu mandato, e conseqüentemente, uma das prioridades da sua política externa (SINAGA, 2016). Em março de 2013, apenas dias após a consagração de Xi Jinping como líder supremo da República Popular da China, o Exército de Libertação Popular realizou uma operação de pequena escala na região das ilhas Spratly, uma atitude vista pela comunidade internacional como um anúncio do que estaria por vir para o Mar do Sul da China durante o mandato de Xi (LANTEIGNE, 2016). A abordagem da situação no MSC sofreu mudanças expressivas com a chegada de Xi ao comando do Estado e das forças armadas chinesas. O presidente identifica a falta de coordenação entre entidades estatais para lidar com o assunto como um empecilho para o desenvolvimento de medidas efetivas diante do conflito. Sendo assim, o presidente centralizou a administração de questões de segurança marítima em apenas um órgão, o *State Oceanic Administration*. Além disso, criou a Polícia Marítima, assumiu o comando da Comissão de Segurança Nacional e formou a primeira Guarda Costeira da China. Em novembro de 2013, a China anunciou a Zona de Identificação de Defesa Aérea (ADIZ) em uma área disputada do Mar da China Oriental em um esforço

para retificar sua soberania sobre a região, o que causou a apreensão da comunidade internacional quanto o estabelecimento de uma ADIZ no MSC; contudo, Pequim busca manter um equilíbrio entre a sua postura assertiva sem perder a imagem de “*status quo power*” para a ordem global (SILVA, 2017; LANTEIGNE, 2016; SINAGA, 2016).

De forma a manter seu predomínio na região, a estratégia chinesa dentro do Mar da China Meridional pode ser sintetizada em três elementos: (i) penalização econômica para países envolvidos em disputas territoriais com a RPC; (ii) conter a influência dos Estados Unidos na região e (iii) ampliar e aprofundar as relações da China com os países do Sudeste Asiático (BLACKWILL e HARRIS, 2016; PADULA e FERNANDES, 2020). Com a ascensão de Xi ao poder, essas medidas passam a ser melhor desenvolvidas, através da aceleração da presença do Estado na região e a introdução de medidas coercitivas nas relações com outros atores envolvidos, e, com a ampliação do orçamento destinado à modernização das forças armadas, alastra-se também a atividade militar da China na região. (CHUBB, 2021).

Dessa forma, a estratégia da China reside em implantar, ao longo do Mar do Sul da China, embarcações civis, militares e policiais de forma a construir camadas de legitimidade para suas reivindicações sobre o território. Para tanto, o país procura desenvolver seu poder marítimo, e dominar recursos energéticos e uma rota marítima estratégica. A partir do final de 2013, a China estabeleceu um projeto de recuperação de territórios do MSC. Desse modo, passou a construir ilhas artificiais e busca criar condições para a habitação humana de modo a reforçar suas reivindicações pelo território, construção de instalações administrativas e militares nos recifes das ilhas Spratlys e adição de areia para aumentar a área desses territórios e possibilitar a construção de mais estruturas; nas ilhas Paracel, a China investiu em inovações em suas bases militares, dando às ilhas mais capacidades, dentre elas o lançamento de aviões de combate (LANTEIGNE, 2016; PADULA e FERNANDES, 2020; SINAGA, 2016; ZHANG, 2020).

A China realizou grandes operações de dragagem entre 2013 e 2017 em muitos de seus postos avançados do MSC. Ao aprofundar as instalações portuárias, Pequim agora pode atracar navios de calado mais profundo nessas novas bases, como os responsáveis pelo reabastecimento e manutenção e as missões de inteligência, vigilância e reconhecimento. A recuperação de terras da dragagem também produziu pelo menos 3.200 acres de novas terras nos Spratlys (bem como centenas de acres adicionais nos Paracels), abrindo caminho para a construção de pistas de pouso em três das sete características da Ilha Spratly controladas por Pequim, incluindo nos recifes Fiery, Mischief e Subi. Na Ilha Woody nas

Ilhas Paracel [...] Pequim se beneficia de um aeroporto com décadas de idade que, para acomodar aeronaves militares, concluiu o trabalho de extensão da pista em 2014. Em 2016, Pequim também implantou baterias de defesa antimísseis HQ-9 na Ilha Woody [...] Independentemente disso, essas implantações e atualizações no SCS melhoraram significativamente a projeção de poder do PLA contra adversários regionais. (GROSSMAN, p. 3, tradução nossa)²⁹

De forma a conquistar seus objetivos políticos, para além do desenvolvimento da sua marinha, a China também passa a empregar medidas econômicas na região. Nesse sentido, tanto o AIIB quanto o CEXIM são instrumentalizados nas relações entre Pequim e os demais países envolvidos na questão do MSC. Nesse contexto, a China, ao conceder empréstimos expressivos para as Filipinas, conseguiu angariar o apoio do país para a construção de suas ilhas artificiais ao longo do MSC, mesmo em meio às críticas da ASEAN (PADULA e FERNANDES, 2020; TKACIK, 2018).

Também com o objetivo demonstrar poder, a China conduz, regularmente, testes militares na região, envia barcos de patrulha marítima para as águas do MSC e construiu postos militares e pistas de pouso em algumas ilhas. Em 2013, enviou para o MSC o seu porta-aviões, Liaoning, de onde lançou o caça J-15 Flying Shark em 2017; em maio de 2014, em um claro desafio ao governo vietnamita, a China estacionou uma plataforma de petróleo em uma Zona Econômica Exclusiva do Vietnã, o que gerou protestos expressivos contra a RPC em Hanói; em março de 2014, a China bloqueou dois navios fretados para enviar recursos logísticos para a Unidade de Fuzileiros Navais das Filipinas, ancorada em um cardume das ilhas Spratly reivindicado pelas Filipinas, o Second Thomas Shoal. (GROSSMAN, 2020; SINAGA, 2016). No entanto, apesar de projetar cada vez mais seu aparato militar na região e desafiar os países envolvidos, a China mantém o compromisso com a estabilidade da região ao evitar que os conflitos atinjam níveis de confronto direto de forças.

²⁹Do original: “China conducted major dredging operations between 2013 and 2017 at many of its SCS outposts. By deepening port facilities, Beijing can now berth deeper draft ships at these new bases, such as those responsible for resupply and maintenance as well as intelligence, surveillance, and reconnaissance (ISR) missions.5 Land reclamation from dredging has also produced at least 3,200 acres of new land in the Spratlys (as well as hundreds of additional acres in the Paracels), clearing the way for construction of air strips on three of the seven Beijing-controlled Spratly Island features, including on Fiery, Mischief, and Subi reefs. On Woody Island in the Paracel Islands [...] Beijing benefits from a decades-old airport. It completed runway extension work there in 2014 to accommodate military aircraft. Beijing in 2016 also deployed HQ-9 missile defence batteries to Woody Island [...] Regardless, these deployments and upgrades across the SCS have significantly enhanced PLA power projection against regional adversaries.” (GROSSMAN, p. 3)

Diante do exposto, torna-se possível concluir que a política externa chinesa sob o comando de Xi Jinping tem o seu entorno regional como prioridade. Nesse sentido, a estabilidade da região permanece como um objetivo fulcral para a China. Além dos interesses econômicos do país no Sudeste Asiático, a ideia de que a expansão chinesa na região seja benéfica para todos os países envolvidos está intrinsecamente atrelada ao Sonho Chinês do presidente. Sendo assim, Xi Jinping concede ao Mar do Sul da China maior relevância ao elencá-lo como um dos interesses vitais do país e empregar progressiva assertividade e firmeza ao lidar com a questão. No entanto, o presidente hesita em arriscar o equilíbrio da região e jamais ultrapassa limites capazes de sacrificá-lo. Dessa forma, nota-se que Xi Jinping, apesar das novas abordagens para as velhas questões da política externa chinesa, continua limitado pelo compromisso com a estabilidade do seu entorno regional.

4 CONCLUSÃO

O presente trabalho pretendeu identificar continuidades e mudanças na política externa chinesa a partir da chegada do presidente Xi Jinping ao poder, com o principal objetivo de identificar as causas e as consequências da conduta internacional do presidente. Como objetivos específicos, a pesquisa buscou apresentar a execução da política externa chinesa no âmbito regional e, principalmente, na questão do Mar do Sul da China. Para isso, o trabalho partiu das hipóteses de que (i) a política externa chinesa no governo Xi Jinping significa uma inflexão para com as tradições do país, (ii) a forma como o presidente conduz sua política doméstica condiciona e possibilita as mudanças na política externa e (iii) a nova conduta adotada pelo líder chinês pode ser identificada expressivamente em questões regionais, uma vez que o presidente demonstra maior assertividade para lidar com estas. Sendo assim, infere-se que a pesquisa construiu o panorama necessário para entender tais questões e verificar tais hipóteses.

A análise acerca do governo Xi Jinping realizada ao longo do primeiro capítulo permite constituir um panorama da política doméstica chinesa durante o atual mandato do presidente chinês e, dessa forma, cumpre com o objetivo estabelecido para a primeira subseção do trabalho. Ao analisar o mandato de Xi, identificou-se alguns elementos como singularizadores de seu governo; dentre eles, a concentração de poder e a campanha anticorrupção. A concentração de poder, além de centralizar nas mãos do presidente o comando das mais importantes instituições políticas e militares chinesas, abandona o conceito de liderança coletiva difundido no período pós Deng, justamente com o objetivo de limitar o poder individual e suavizar o processo de transição de poder. Além disso, o problema da corrupção está presente na China há décadas, tornando-se progressivamente mais grave na medida em que o país cresce economicamente. As atitudes firmes de Xi para lidar com as questões, desafiando a elite chinesa consolidada há décadas no poder, demonstra a firmeza do presidente ao lidar com questões latentes para a política (tanto interna, quanto externa) chinesa. Nesse sentido, a retraída no movimento de abertura econômica e o ampliamiento dos recursos destinados à defesa também caracterizam manobras políticas não esperadas, inicialmente, para o governo de Xi. De forma a possibilitar tais movimentos de ruptura, o presidente busca controlar a opinião pública por meio do

incentivo ao culto de sua imagem, além de evitar o uso da força, apesar de utilizar a projeção de poder militar como instrumento de coerção política.

Sob a ótica de Hermann (1990), a análise nos permite inferir que as manobras políticas internas do governo Xi Jinping podem ser vistas como um indício das mudanças na política externa chinesa do seu governo. Além disso, está em consonância com os conceitos de Jogo de Dois Níveis de Putnam (2010) uma vez que identifica-se a interdependência entre a esfera interna e a externa e com a *Linkage Theory* de Rosenau (1969; 1980), visto que o autor estabelece as ações de uma política externa como resultado da relação dialética entre ambas as esferas.

Posteriormente, o trabalho apresentou uma descrição detalhada da política externa executada chinesa durante o governo Xi Jinping. Nesse contexto, identificou-se o Sonho Chinês do presidente, conceito pautado na superação do “século da humilhação” vivenciado pela República da China ao longo dos últimos centenário e como Xi instrumentaliza esse ideal na prática da sua política externa. Constatou-se, ainda, o conceito de “*Striving for Achievement*” (SFA) de Xi Jinping como uma descontinuidade do conceito “*Keeping a Low Profile*” (KLP) apresentado por Deng Xiaoping e preservados por seus sucessores. Em síntese, a política externa chinesa passou décadas tendo como objetivo fulcral a manutenção de um ambiente internacional estável de forma a viabilizar o desenvolvimento econômico do país – o chamado desenvolvimento pacífico. Nesse sentido, a posição da China diante do cenário externo estava pautada pelo compromisso com a recuperação do sistema econômico do país; o que, por conseguinte, possibilitou o processo de crescimento da economia chinesa. Nesse contexto e tendo em vista que o presidente está a frente de um país que, na medida em que desenvolve sua economia, passa a acumular poder político, Xi Jinping introduz novos objetivos para a política externa chinesa, representados pelo conceito de “*Striving for Achievement*” e o “Sonho Chinês”. Os conceitos do presidentes estão fundamentados no objetivo fulcral de superar o “século da humilhação”

Por fim, o segundo capítulo tinha como objetivo principal a construção de um panorama quanto à atuação regional da política externa chinesa sob o comando de Xi Jinping e, posteriormente, a análise do caso do Mar do Sul da China. Dessa forma, a assertividade apresentou-se como característica principal da prática regional da Xi Jinping. No âmbito regional, faz-se possível identificar a busca do

presidente por mais espaço na região Ásia-Pacífico – não só para garantir seus interesses, mas também para conter a expansão da influência dos Estados Unidos. Para ampliar sua atuação no contexto regional, o presidente passa a utilizar de todos os meios que detém: políticos, militares, econômicos e diplomáticos.

Finalmente, a questão do Mar do Sul da China (MSC) tem sido relevante para a política externa chinesa há décadas, uma vez que a região é imprescindível para a manutenção da economia do país. No entanto, Xi Jinping apresenta uma inflexão de postura a partir do início de seu mandato, ao estabelecer o MSC como um interesse nacional. Não obstante, a partir do mandato de Xi, ocorre a centralização da questão em apenas um órgão, o State Oceanic Administration, amplia-se o investimento e a dedicação na expansão chinesa no território e, principalmente, coloca-se as forças armadas à disposição para garantir os interesses de Pequim na região.

Tendo em vista o exposto, o trabalho permite concluir que há mudanças e descontinuidades na execução da política externa chinesa de Xi Jinping. Considerando o trabalho de Hermann (1990) quanto às condicionantes internas, observa-se a política doméstica como elemento essencial para a execução de uma prática internacional progressivamente assertiva – ao concentrar o poder (principalmente militar e político), o presidente logra instrumentalizar cada força de modo a garantir os objetivos da sua política externa. Quanto ao nível de reorientação, ainda de acordo com o trabalho de Hermann (1990), as mudanças na política externa chinesa estariam no segundo nível determinado pelo autor: a “mudança de programa”. Nesse caso, ocorre uma inflexão nos métodos de alcançar o objetivo ou solucionar o problema. Diante da pesquisa executada, permite-se entender que Xi Jinping reorienta os artifícios chineses de forma a garantir o sucesso de sua política externa. Porém, apesar da postura progressivamente assertiva, o presidente não modifica concretamente o objetivo da política externa chinesa. Adiciona ao seu escopo mais interesses nacionais, porém estes não rompem com a tradição chinesa: a soberania, a integridade territorial e o desenvolvimento pacífico; e pretere a busca pelo Sonho Chinês ao progresso econômico. No entanto, essa reorientação torna-se possível em razão da execução da política externa que o antecede. E, apesar de flertar com o uso da força e passar a demonstrar suas capacidades militares com maior afinco, o presidente

não rompe completamente com os esforços do país de ser visto pela comunidade internacional como um *“status quo power”*, e não como um poder revisionista.

Nesse sentido, sob a ótica de Mendes (2016) e aliado aos supracitados trabalhos de Hermann (1990), entende-se que a política externa de Xi Jinping se adapta ao papel que Pequim ocupa no teatro internacional a partir do seu progresso econômico, porém mantém as tradições históricas e o padrão cultural das práticas externas chinesas e não abandona o compromisso com a estabilidade internacional. A China de Xi Jinping rejeita as ideias de “esconder suas capacidades” e “esperar sua vez” sem, entretanto, romper com a ideia de desenvolvimento (em todas as esferas do país) pacífico. Conclui-se, portanto, que o presidente Xi Jinping, apesar de indicar que a China pretende ampliar sua presença internacional e reivindicar seus interesses com maior afinco no contexto externo, o país não está disposto a ameaçar o equilíbrio do Sistema Internacional para realizar o seu Sonho Chinês.

REFERÊNCIAS

ASIAN INFRASTRUCTURE DEVELOPMENT BANK. Connecting Asia for the Future: Annual Report and Accounts, 2016. Disponível em: https://www.aiib.org/en/news-events/annual-report/2016/home/pdf/Annual_Report_2016.pdf. Acesso em 06 fev. 2023.

BADER, Jeffrey A. **How Xi Jinping Sees the World...and Why**. Brookings, fev. 2016. Disponível em: <https://www.brookings.edu/research/how-xi-jinping-sees-the-world-and-why/>. Acesso em 08 mai. 2022.

BAVIERA, Aileen S. P. China's Strategic Foreign Initiatives Under Xi Jinping: An ASEAN Perspective, **China Quarterly of International Strategic Studies**, v. 2, n. 1, p. 57-79, 2016. Disponível em: <https://www.worldscientific.com/doi/abs/10.1142/S2377740016500032>. Acesso em 27 fev. 2023.

BITZINGER, Richard A. Reforming China's defense industry. **Journal of Strategic Studies**, v. 39, n. 5-6, p. 762-789, ago. 2018. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01402390.2016.1221819>. Acesso em 20 out. 2021.

BLACKWILL, Robert D. CAMPBELL, Kurt M. **Xi Jinping on the Global Stage**. Council on Foreign Relations, Council Special Report, n. 74, fev. 2016.

BLACKWILL, Robert D; HARRIS, Jennifer M. **War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft**. Cambridge: Harvard University Press, 2016.

BLANCHARD, Jean-Marc F. The People's Republic of China Leadership Transition and Its External Relations: Still Searching for Definitive Answers. **Journal of Chinese Political Science**, v. 20, n. 1, p. 1-16, mar. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11366-014-9324-0>. Acesso em 16 jan. 2023..

BURCH, Evelyn Jo. **The Geopolitics of Power: Understanding China's Militarization of The South China Sea**. Angelo State University. 2019.

BUSZYNSKI, Leszek. ASEAN, the Declaration on Conduct, and the South China Sea. **Contemporary Southeast Asia**, v. 25, n. 3, p. 343-362, dez. 2003. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/25798652>. Acesso em 05 mar. 2023.

BUSZYNSKI, Leszek. The South China Sea: Oil, Maritime Claims, and U.S.– China Strategic Rivalry. **The Washington Quarterly**, v. 35, n. 2, p. 139-156. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/0163660X.2012.666495>. Acesso em 04 mar. 2023.

CARMO, Corival Alves; PECEQUILO, Cristina Soreanu. A China, o Sistema Internacional e o Sul: Ascensão Pacífica? **Brazilian Journal of International Relations**, v. 3, n. 1, p. 31-69, abr. 2014. Disponível em:

<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/3549> Acesso em 15 jan. 2023.

CARRIÇO, Alexandre. Grande estratégia e o «sonho da China» de Xi Jinping. **Relações Internacionais**, n. 38, p. 23-33, jun. 2013. Disponível em: <https://ipri.unl.pt/index.php/pt/publicacoes/revista-r-i/arquivo-de-revista-r-i/47-relacoes-internacionais-n-38>. Acesso em 04 nov. 2021.

CENTER FOR STRATEGIC & INTERNATIONAL STUDIES. What Does China Really Spend on its Military?, 2023. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/what-does-china-really-spend-its-military>. Acesso em 01 fev. 2023.

CHAISSÉ, Julien; MATSUSHITA, Mitsuo. China's "Belt and Road" Initiative: Mapping the World's Normative and Strategic Implications. **Journal of World Trade**, Amsterdam, v. 52, n. 01, p. 163-186, fev. 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/322924320_China's_Belt_and_Road_Initiative_Mapping_the_World's_Normative_and_Strategic_Implications. Acesso em 02. mai. 2022.

CHAR, James. The People's Liberation Army in its Tenth Decade: Assessing 'Below the Neck' Reforms in China's Military Modernization. **Journal of Strategic Studies**, v. 44, n. 2, p. 141-148, fev. 2021. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01402390.2020.1731953>. Acesso em 19 out. 2021.

CHEN, Chih-Jou Jay. ZHENG, Victor. Changing Attitudes toward China in Taiwan and Hong Kong in the Xi Jinping Era. **Journal of Contemporary China**, v. 31, n. 134, p. 250-266, mar. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10670564.2021.1945738>. Acesso em 02 set. 2022.

CHANG-LIAO, Nien-chung. China's New Foreign Policy Under Xi Jinping, **Asian Security**, v. 12, n. 2, p. 82-91, jun. 2016. Disponível em <https://doi.org/10.1080/14799855.2016.1183195>. Acesso em 27 fev. 2023.

CHENG, Joseph Yu-Shek; ZHANG, Franklin Wankun. Chinese Foreign Relation Strategies Under Mao and Deng: A Systematic and Comparative Analysis. **Kasarinlan: Philippine Journal of Third World Studies**, v. 14, n. 3, p. 91-114, 1999. Disponível em: <https://www.journals.upd.edu.ph/index.php/kasarinlan/article/view/1415>. Acesso em 16 mai. 2022.

CHENG, Joseph. Convincing the World of China's Tradition to Pursue Universal Harmony. **Journal of Chinese Political Science**, v. 17, n. 2, p. 165-185, jun. 2012. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11366-012-9191-5>. Acesso em 27 fev. 2023.

CHENG, Joseph. "China's Regional Strategy and Challenges in East Asia". **China Perspectives**, v. n. 2, p. 53-65, jun. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/chinaperspectives.6182>. Acesso em 21 fev. 2023.

CHRISTENSEN, Thomas J. The Meaning of the Nuclear Evolution: China's Strategic Modernization and US-China Security Relations. **Journal of Strategic Studies**, v. 35, n. 4, p. 447-487, ago. 2012. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01402390.2012.714710>. Acesso em 16 out. 2021.

CHUBB, Andrew. PRC Assertiveness in the South China Sea: Measuring Continuity and Change, 1970-2015. **International Security**, b. 45, n. 3, jan. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1162/isec_a_00400. Acesso em 27 fev. 2023.

COHEN, C.; HARRIS, S. Foreign Policy. *In*: GREENSTEIN, F. I.; POLSBY, N. **Handbook of Political Science**. Reading: Addison Wesley, 1975, p. 89-111.

COOPER, Cortez A. **PLA Military Modernization: Drivers, Force Restructuring, and Implications**. Santa Monica: RAND Corporation, 2018.

CONGRESSIONAL RESEARCH SERVICE (CRS). **Report on U.S.-China Strategic Competition in South and East China Seas**. Disponível em: <https://crsreports.congress.gov/product/pdf/R/R42784>. Acesso em 13 dev. 2023.

CUNHA, Luís. **A Hora do Dragão – Política Externa da China**. Lisboa: Zebra Publicações, 2012.

CUNNINGHAM, Fiona S; FRAVEL, M. Taylor. Assuring Assured Retaliation: China's Nuclear Posture and U.S.-China Strategic Stability. **International Security**, Cambridge, v. 40, n. 2, p. 7-50, out. 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1162/ISEC_a_00215. Acesso em 14 out. 2021.

DENT, Christopher M. The Asian Development Bank and Developmental Regionalism in East Asia. **Third World Quarterly**, v. 29, n. 4, p. 767-786, jun. 2008. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01436590802052714>. Acesso em 03 set. 2022.

DORNELLES JR, Arthur Coelho. **China e Estados Unidos na Balança de Poder do Leste Asiático: comparações econômicas e militares**. 2012. Tese (Doutorado) –Curso de Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciência Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

DUARTE, Bruno Kern. **Xi Jinping e o Sistema Político da China**. Orientador: Prof. Dr. André Moreira Cunha. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/193013>. Acesso em 03 nov. 2021.

ECONOMY, Elisabeth. China's Imperial President: Xi Jinping Tightens His Grip. **Foreign**

Affairs, Nova Iorque, v. 93, n. 6, nov./dez. 2014. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2014-10-20/chinas-imperial-president>. Acesso em 20 out. 2021.

ECONOMY, Elisabeth. China's New Revolution: The Reign of Xi Jinping. **Foreign Affairs**, Nova Iorque, v. 7, n. 3, mai./jun. 2018a. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2018-04-17/chinas-new-revolution>. Acesso em 20 out. 2021.

ECONOMY, Elisabeth. **The Third Revolution and the New Chinese State**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2018b.

FERDINAND, Peter. Westward ho—the China dream and 'one belt, one road': Chinese foreign policy under Xi Jinping. **International Affairs**, v. 9, n. 4, p. 941-957, 2016. Disponível em <https://academic.oup.com/ia/article/92/4/941/2688105>. Acesso em 01 set. 2019.

FELS, Enrico; VU, Truong-Minh. Introduction: Understanding the Importance of the Disputes in the South China Sea. *In: Power Politics in Asia's Contested Waters: Territorial Disputes in the South China Sea*. Nova Iorque: Springer International Publishing, 2016, p. 3-23.

FREITAS, REGYS et al. Crescimento econômico e corrupção na China: o Estado e o Partido Comunista Chinês. *Boletim do Museu Integrado de Roraima (Online)*, Brasil, v. 13, n. 01, p. 52-60, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/bolmirr/article/view/878>. Acesso em 01 set. de 2022.

GARVER, John W. **The foreign relations of the People's Republic of China**. Londres: Pearson, 1993.

GOLDSTEIN, Avery. China's Grand Strategy under Xi Jinping: Reassurance, Reform, and Resistance. **International Security**, v. 45, n. 1, p. 164-201, jul. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1162/isec_a_00383. Acesso em 13 out. 2021.

GROSSMAN, Derek. Military Build-Up in the South China Sea. *In: BUSZYNSKI, L.; HAI, Do Thanh. The South China Sea: From a Regional Maritime Dispute to Geo-Strategic Competition*. Londres: Routledge, 2020.

GUO, Xuezhong. Controlling Corruption in the Party: China's Central Discipline Inspection Commission. **The China Quarterly**, v. 219, p. 597-624, set. 2014. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/china-quarterly/article/abs/controlling-corruption-in-the-party-chinas-central-discipline-inspection-commission/6F776B0CC1B6EADA0A50006351BF0E32>. Acesso em 01 abr. 2022.

HE, Baogang. Regionalism as an Instrument for Global Power Contestation: The Case of China. **Asian Studies Review**, v. 44, n. 1, p. 76-96, dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10357823.2019.1691503>. Acesso em 20 fev. 2023.

HERMANN, C. F. 1990. Changing Course: When Governments Choose to Redirect Foreign Policy. **International Studies Quarterly**, Oxford v. 34, n. 1, p. 3-21, mar. 1990. Disponível em: <https://academic.oup.com/isq/article-lookup/doi/10.2307/2600403>. Acesso em 23 nov. 2022.

HERMANN, M.G; HERMANN, C. F. Who Makes Foreign Policy Decisions and How: An Empirical Inquiry. **International Studies Quarterly**, Oxford, v. 33, n. 4, p. 361-387, dez. 1989. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2600518>. Acesso em 03 nov. 2021.

JINPING, Xi. Full text: Xi Jinping's remarks to the press. **China Internet Information Center**, nov. 2012. Disponível em: http://www.china.org.cn/china/18th_cpc_congress/2012-11/16/content_27130032.html. Acesso em 31 abr. 2022.

KACZMARSKI, Marcin. Non-western visions of regionalism: China's New Silk Road and Russia's Eurasian Economic Union. **International Affairs**, v. 93, n. 6, p. 1357-1376, nov. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/ia/iix182>. Acesso em fev. 2023.

KISSINGER, Henry. **O século XXI pertence à China? Um debate sobre a grande potência asiática**. São Paulo: Elsevier Editora Ltda., 2012.

KISSINGER, Henry. **On China**. Londres: Penguin Books, 2011.

LANTEIGNE, Marc. The South China Sea in China's Developing Maritime Strategy. *In*: FELS, E; VU, T. **Power Politics in Asia's Contested Waters: Territorial Disputes in the South China Sea**. Springer International Publishing: Suíça, 2016.

LEE, Sangkuk. **An Institutional Analysis of Xi Jinping's Centralization of Power**. *Journal of Contemporary China*, v. n. 105, p. 325-336, abr. 2017. Disponível em <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10670564.2016.1245505?journalCode=cjcc20>. Acesso em

LI, Cheng. **Chinese Politics in the Xi Jinping Era: Reassessing Collective Leadership**. Washington: Brookings Institution Press, 2016.

LIU, Weidong; ZHANG, Yajing. XIONG, Wei. Financing the Belt and Road Initiative. **Eurasian Geography and Economics**, v. 61, n. 2, p. 137-145, mar. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/15387216.2020.1716822>. Acesso em fev. 2023.

LIU, Zhigao; SCHINDLER, Seth; LIU, Weidong. Demystifying Chinese overseas investment in infrastructure: Port development, the Belt and Road Initiative and regional development. **Journal of Transport Geography**, v. 87, jul. 2020.

Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0966692319307112?via%3Di> hub. Acesso em 18 fev. 2023.

MASIERO, Gilmar; COELHO, Diego B. A política industrial chinesa como determinante de sua estratégia Going Global. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 34, n. 1, p. 139-157, jan. 2014. Disponível em:

<http://www.scielo.br/j/rep/a/5BPpHbQyrTrrtKjgcCncTXM/?lang=pt>. Acesso em 03 set. 2022.

MENDES, Pedro Emanuel. A dimensão internacional da transição democrática em Portugal: a influência da Europa, **População e Sociedade**, Porto, n. 11, pp. 171-19, 2004.

MENDES, Pedro Emanuel. “Mudança, Contexto e Liderança na política externa dos EUA: de Bush a Obama”. **População e Sociedade**, Porto, n. 26, pp. 170-187, 2016.

NOGUEIRA, Isabela; FONA, Leticia. A Transição na Política Externa da “Ascensão Pacífica” para o “Sonho Chinês” à luz do debate teórico de RI na China. **Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades**, v. 45, n. 255, p. 86-108. Disponível em: <https://periodicos.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/1096>. Acesso em 22 nov. 2022.

OLIVEIRA, Alana. Os percalços da política externa norte-americana em direção à Ásia: uma análise realista neoclássica do Pivô para a Ásia no governo de Barack Obama (2009-2016). **Conjuntura Austral**, v. 12, n. 57, p. 7-22, jan. 2021.

Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/101607>. Acesso em 14 jan. 2023.

OLIVEIRA JR., Márcio José. As raízes da política externa chinesa: perspectivas para a inserção no século XXI. **Fronteira: Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais**, v. 12, n. 24, p. 122-141, jul. 2013. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/view/10795>. Acesso em 26 fev. 2023.

O’ROURKE, Ronald. **US-China Strategic Competition in South and East China Seas: Background and Issues for Congress**. Washington: Congressional Research Service, mar. 2020.

PADULA, Raphael; FERNANDES, Felipe. O Mar do Sul da China: seu valor estratégico e a geoestratégia chinesa. **Sociedade e Cultura**, v. 23, n. mai. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/59790>. Acesso em jan. 2023.

PAUTASSO, Diego et al. As três dimensões da guerra comercial entre China e EUA. **Revista Carta Internacional**, Belo Horizonte v. 16 n., 02 p. 01-23, jul. 2021.

Disponível em <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/1122>. Acesso em 02 mai. 2022.

PAUTASSO, Diego. China's Global Power and Development: the Made in China 2025 policy. **Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, v. 8, n. 16, p. 172-187, jul. 2019b. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/88779>. Acesso em 03 set. 2022.

PAUTASSO, Diego. A Nova Rota da Seda e seus desafios securitários: os Estados Unidos e a contenção do eixo Sino-Russo. **Estudos Internacionais**, v. 7, n. 2, p. 85-100, ago. 2019a. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/18048>. Acesso em 02 set. 2022.

PAUTASSO, Diego; UNGARETTI, Carlos. A Nova Rota da Seda e a recriação do sistema sinocêntrico. **Estudos Internacionais**, Belo Horizonte, v. 4, n. 3, p. 25-44, abr. 2017. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/P.2317-773X.2016v4n3p25>. Acesso em:

PUTNAM, Robert D. Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis, **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. , pp. 147-174, jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/rsocp/a/qZDV3KMBGGt7RQNCR37Ymkk/abstract/?lang=en>. Acesso em 02 de jun. de 2022.

PENNAFORTE, Charles et al. A Era Xi Jinping e as Várias Faces do Projeto Geopolítico Chinês no Sistema-Mundo: algumas percepções. 15º Colóquio Brasileiro em Economia Política dos Sistemas-Mundo: Pandemia e tendências seculares da economia-mundo capitalista, Florianópolis, nov. 2021. Disponível em: <https://gpepsm.ufsc.br/>. Acesso em 31 abr. 2022.

PEREIRA, Rui Pedro. A Questão do Mar do Sul da China no Contexto das Relações entre a China e os Países ASEAN. **Nação e Defesa**, v. 109, n. 2, p. 97-122, mar. 2004. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/1350>. Acesso em 26 fev. 2023.

PETRI, Peter et al. **The Trans-Pacific Partnership and Asia-Pacific Integration: A Quantitative Assessment**. Washington: Peterson Institute, 2012.

PINOTTI, Talita. China e Vietnã no Mar do Sul da China: disputas e questões estratégicas, **AUSTRAL: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, v. 4, n. 8, p. 158-178, jul. 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/59949>. Acesso em 26 fev. 2023.

POH, Angela; LI, Mingjiag. A China in Transition: The Rhetoric and Substance of Chinese Foreign Policy under Xi Jinping, **Asian Security**, v. 13, n. 13, p. 84-97, abr. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14799855.2017.1286163>. Acesso em 15 jan. 2023.

RABENA, Aaron Jed. The Complex Interdependence of China's Belt and Road Initiative in the Philippines. **Asia & the Pacific Policy Studies**, Camberra, v. 5, n. 3, p. 683-697, ago. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/app5.257>. Acesso em 02 abr. 2022.

ROMANA, Heitor Barras. **República Popular da China – A Sede do Poder Estratégico (Mecanismos do Processo de Decisão)**. Coimbra: Almedina, 2005.

ROSENAU, James. **Linkage Politics**. Nova Iorque: Free Press, 1969.

ROSENAU, James. **The Scientific Study of Foreign Policy**. Revised and Enlarged edition. Nova Iorque: Nichols Publishing, 1980.

SHAMBAUGH, David. **China Goes Global: The Partial Power**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2013.

SHAMBAUGH, David. **Modernizing China's Military: progress, problems and prospects**. Berkeley: University of California Press, 2002.

SILVA, Guilherme. O papel da China na governança e desenvolvimento mundial: o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura como alternativa ao Banco Mundial, *Fronteira: revista de iniciação científica em Relações Internacionais*, v. 19, n. 37, p. 63-83, jun. 2020. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/view/20166>. Acesso em set. 2022.

SILVA, Jorge Tavares. A Consolidação do Poder de Xi Jinping. **Observare – Janus: Anuário de Relações Internacionais**. Universidade Autónoma de Lisboa, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/handle/11144/4857>. Acesso em 24 ago. 2021.

SILVA, Magno Klein. China, uma potência regional: análise da atuação chinesa no leste asiático. **Colombia Internacional**, v. , n. 92, p. 1557-187, 2017. Disponível em http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0121-56122017000400157&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em fev. 2023.

SILVA, Peterson. O debate sobre a Transformação Militar na China. **Centro de Estudos Estratégicos do Exército: Análise Estratégica**, v. 12, n. 2, p. 27-39, mai. 2019. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/CEEEExAE/article/view/2248>. Acesso em 04 set. 2022.

SINAGA, Lidya C. China's Assertive Foreign Policy in South China Sea Under Xi Jinping: Its Impact on United States and Australian Foreign Policy. **Journal of ASEAN Studies (JAS)**, v. 3, n. 5, p. 132-149, fev. 2016. Disponível em: <https://journal.binus.ac.id/index.php/jas/article/view/6483>. Acesso em 04 de set. de 2022.

SINAGA, Lydia C. Xi Jinping, “China Dream”, and Chinese Military Diplomacy to ASEAN. **Journal of ASEAN Studies (JAS)**, v. 8, n. 2, p. 173-190, out. 2020;. Disponível em: <https://journal.binus.ac.id/index.php/jas/article/view/770>. Acesso em 02 de set. de 2022.

SO, Alvin Y. “One Country, Two Systems” and Hong Kong-China National Integration: A Crisis-Transformation Perspective. **Journal of Contemporary Asia**, v. 41, n. 1, p. 99-116, fev. 2011. Disponível em <https://doi.org/10.1080/00472336.2011.530039>. Acesso em 02 mar. 2023.

TEIXEIRA JR, Augusto W. M.; SILVA, Peterson Ferreira. China in the contemporary world order: grand strategy, military modernization, and balance of power, **Sociedade e Cultura**, v. 23, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/59618>. Acesso em 16 ago. 2022.

THE SOUTH CHINA SEA. Disponível em: <https://www.southchinasea.org/>. Acesso em 17 jan. 2023.

THOMPSON, Drew. The Rise of Xi Jinping and China’s New Era: Implications for the United States and Taiwan. **Issues & Studies: A Social Science Quarterly on China, Taiwan, and East Asian Affairs**, v. 56, n. 1, mar. 2020. Disponível em: <https://www.worldscientific.com/doi/abs/10.1142/S1013251120400044>. Acesso em 27 fev. 2023.

TOMÉ, Luís. A Grande Estratégia da China de Xi Jinping: objetivos, poder nacional abrangente e políticas. **Revista Relações Internacionais**, p. 105-134, Lisboa, set. 2021a. Disponível em: https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/. Acesso em 01 abr. 2022.

TOMÉ, Luís. China e Ásia-Pacífico na política da Administração Biden Operacionalizando um “sistema internacional estável e aberto” e um “Indo-Pacífico livre e aberto”. **Revista Relações Internacionais**, v. 69, p. 35-68, mar. 2021b. Disponível em: Acesso em 02 set. 2022.

TKACIK, Michael. Understanding China’s goals and strategy in the South China Sea: bringing context to a revisionist systemic challenge – intentions and impact. **Defense & Security Analysis**, v. 34, n. 4, p. 321-344, out. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14751798.2018.1529092>. Acesso em 15 fev. 2023.

TSAI, Chung-min. **The Chinese Dream: A Vision for China’s Future or a Decade-Long Fantasy?** National Chengchi University, 2015.

TSANG, Steve. Party-state Realism: A Framework for Understanding China’s Approach to Foreign Policy. **Journal of Contemporary China**, v. 29, n. 122, p. 304-318, mar. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10670564.2019.1637562>. Acesso em 15 jan. 2023.

U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. The Strait of Malacca, a key oil trade chokepoint, links the Indian and Pacific Oceans, 2017. Disponível em: <https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=32452>. Acesso em 17 fev. 2023.

UNITED NATIONS PEACEKEEPING. Troop and Police Contributors, 2023. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/troop-and-police-contributors>. Acesso em 16 fev. 2023.

VISENTINI, Paulo Fagundes. A Ásia no sistema internacional e a China como pivô. **Conjuntura Internacional**, v. 11, n. 1, p. 83-91, out. 2014. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/conjuntura/article/view/7607>. Acesso em 15 jan. 2023.

WALTZ, Kenneth. Guest Essay: Neorealism - Confusions and Criticisms. **Journal of Politics and Society**, v. 15, p. 3-6, 2004.

WANG, Ted. General Secretary Xi Jinping Explicates the “Chinese Dream”. **Chinese Law & Government**, v. 48, n. 6, p. 477-479, nov. 2016. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00094609.2016.1241116>. Acesso em 26 fev. 2023.

WANG, Zheng. The Chinese Dream: Concept and Context. **Journal of Chinese Political Science**, v. 19, p. 1-13, South Orange, dez. 2013. Disponível em: <http://link.springer.com/10.1007/s11366-013-9272-0>. Acesso em 05 nov. 2022.

WUTHNOW, Joel; Phillip, Saunders. **Chinese Military Reforms in the Age of Xi Jinping: Drivers, Challenges, and Implications**. Washington: National Defense University Press, 2017.

YAN, Xuetong. From Keeping a Low Profile to Striving for Achievement. *The Chinese Journal of International Politics*, v. 7, n. 2, p. 153-184, jun. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/cjip/pou027>. Acesso em 16 ago. 2022.

YANG, Jian. China's Security Challenges: Priorities and Policy Implications. **NIDS Joint Research Series**, n. 5, p. 141-159, Tóquio, 2010. Disponível em: http://www.nids.mod.go.jp/english/publication/joint_research/series5/series5.html. Acesso em 05 de set. de 2022.

ZHANG, Feng. China's long march at sea: explaining Beijing's South China Sea strategy, 2009–2016. **The Pacific Review**, v. 33, n. 5, 757-787, set. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09512748.2019.1587497>. Acesso em 05 mar. 2023.

ZHANG, Jian. China as a Global Force. **Asia & the Pacific Policy Studies**, vol. 3, no. 1, pp. 120–128, 2015a. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/284243977_China_as_a_Global_Force. Acesso em 20 out. 2021.

ZHANG, Jian. China's new foreign policy under Xi Jinping: towards ‘Peaceful Rise 2.0’? **Global Change, Peace & Security**, v. 27, n. 01, p. 05-19, jan. 2015b.

Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14781158.2015.993958>. Acesso em 20 out. 2021.

ANEXO A - Mapa da “linha de nove traços” submetido à ONU pela China em 2009

(CONGRESSIONAL RESEARCH SERVICE (CRS), 2023)

ANEXO B - Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) entre Mar do Sul da China e o Mar da China Oriental



(CONGRESSIONAL RESEARCH SERVICE (CRS), 2023)